



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO
ANO 22.º

DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO
SEXTA-FEIRA, 23 FEVEREIRO DE 1979

CHEFE DE REDACÇÃO: JOSÉ ESTEVÃO CRUZ
AVENÇA N.º 1144

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO
OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254 LISBOA — TELEF. 361839 FARO — TELEF. 22322 AVULSO 5\$00

ASPECTOS PARTICULARES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2)

NOTA da redacção

NA primeira parte deste trabalho, dedicado a ASPECTOS PARTICULARES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL — artigo publicado no n.º 1141 do *Jornal do Algarve* de 2 Fev. 79 — considerámos que se deveriam estabelecer três «etapas» no processo de elaboração dos chamados Planos Directores, as quais se poderiam consubstanciar na criação da informação e definição de política municipal, no estabelecimento dos princípios e bases orientadoras do Plano e na própria elaboração do Plano. Deveria assim constituir preocupação dos Municípios o trabalho prévio que as duas primeiras «etapas» representam no esquema que lhes permitirá dispor do Plano, porquanto ele concretiza, ao nível do Planeamento Regional, o processo político definido e escolhido pelas populações.

as bases para a Reforma Administrativa, é promulgado um Código Administrativo, confirmando a legislação de 1835, que perscrivia o aumento da autonomia local e uma menor centralização do poder. Os administradores concelhios passaram a ser escolhidos por eleição popular e o número de concelhos, que até aquela altura era de 828, passou a ser de 351, mantendo-se para a Região do Algarve o mesmo número dos já existentes. Tão grande alteração — redução para menos de metade do número dos Municípios existentes — deveu-se, principalmente, à necessidade de actualização efectiva e eficiente da parte daqueles órgãos autárquicos que, em virtude das reduzidas dimensões dos concelhos, viam a sua acção condicio-

garve, proporcional (cerca de metade dos actualmente existentes). Na sequência da «Janeirinha», movimento de protesto contra o aumento de impostos que eclodiu num ambiente de prosperidade para as classes dirigentes, a divisão administrativa volta à situação anterior a 1867. Entretanto em 1851, o ministro Henriques Nogueira, grande defensor do republicanismo, do municipalismo renovador e da descentralização, propunha que o número de concelhos não ultrapassasse os 76, dada a «pobreza» da vida municipal na dimensão de então. O Código de 1886, com o chefe progressista José Luciano de Castro, regressa ao fortalecimento do poder central, o mesmo sucedendo, poste-

pelos arq. Rui M. Paula
Daqui se conclui que, sempre que havia a intenção de descentralizar administrativamente o país, era reduzido o número de Municípios, para maior capacidade de actuação local. Pelo contrário, quando se defendia uma centralização administrativa — reforço do poder central — o respectivo Código administrativo enfraquecia o poder de decisão municipal, muitas vezes através do aumento do número de concelhos. Considerando também a maior facilidade de comunicações e a evolução dos meios de transporte, integradas na actual textura do território, carece de significado a divisão administrativa existente, tanto mais se con-

PUBLICAMOS hoje, com o destaque que merecem os seus autores, dois temas importantes para um debate profundo sobre os problemas regionais. Escritos em locais diferentes, cada qual com a sua própria filosofia, não queremos contudo deixar de assinalar que se devem à realidade de Abril e se integram perfeitamente no esquema constitucional vigente, dele imanando e para ele convergindo.

DOIS TEMAS, UM OBJECTIVO à opinião pública, para que possa julgar e decidir sobre um problema que entra pela nossa vida adentro.

Olhão reivindica instalação da Universidade e oferece terrenos

A CÂMARA Municipal de Olhão, na sua reunião de 12 de Fevereiro, resolveu reivindicar a instalação da Universidade do Algarve, naquela vila, conforme os termos da moção que, pela sua importância, reproduzimos na íntegra:

«A Universidade do Algarve é hoje uma realidade indestrutível, que determinará de uma forma consequente e racional, um desenvolvimento económico que se pretende progressivo, isto, claro está, se esta for concebida de uma forma articulada, com as estruturas produtivas, e se tivermos em atenção a influência fundamental que essas têm nas super-estruturas sociais. Assim, partindo deste pressuposto e considerando:

1 — Que na definição dos seus conteúdos deverão aparecer cursos ligados às pescas, às técnicas de conservação alimentar e hipoteticamente às ciências do ambiente;

2 — Que Olhão é das localidades algarvias onde estas actividades encontram melhores condições para o seu franco desenvolvimento;

3 — Que a lei aprovada na Assembleia da República prevê como sede para a referida Universidade a cidade de Faro, e concedendo-se uma descentralização efectiva e dinâmica da área urbana de Faro, pois que esta, tenderá para a aglutinação com a zona urbana de Olhão.

A Câmara Municipal de Olhão, reunida em treze de Fevereiro de mil novecentos e setenta e nove, resolveu reivindicar para Olhão a instalação de tais cursos, para o que irá desenvolver as «demarches» necessárias junto das entidades responsáveis, nomeadamente o Ministério da Educação e Investigação Científica, Assembleia Distrital de Faro e futura comissão instaladora da Universidade do Algarve. Ao mesmo tempo, propõe-se esta Câmara ceder os terrenos para a construção das edificações necessárias».

Nasceu uma editora no Algarve

FOI já posto à venda o primeiro volume da Livraria Editora Sotaventuro, com sede na Praça Alexandre Herculano, 24, em Faro.

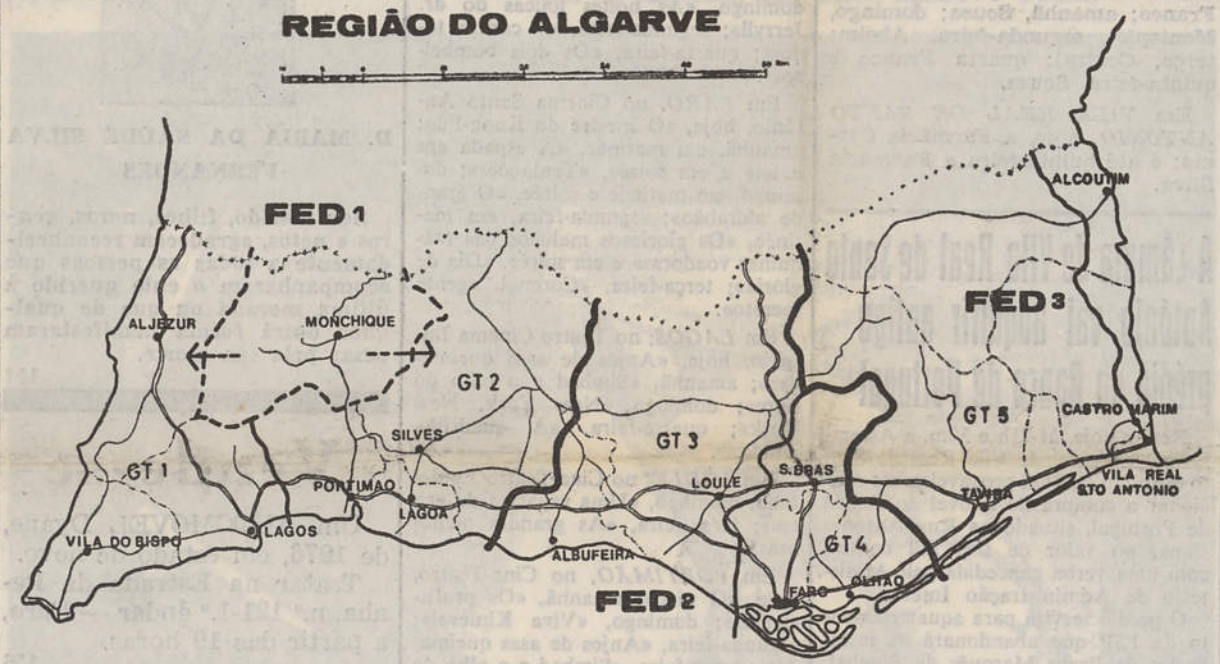
O título inicial da nova editora é o livro «O Ladrão», da autoria de Georges Darien, tendo sido traduzido, anotado e prefaciado por Júlio Carrapato.

Esta obra foi redescoberta e reeditada em 1955 por Jean-Jacques Pauvert. Desde então, conheceu várias reedições e safu do ostracismo a que estava votada. Segundo o editor, a nossa época está mais apetrechada para compreender Georges Darien que a «Belle Époque».



O aumento das gorduras (lipídios), representadas pelo colesterol, triglicéridos e lipoproteínas, no sangue, são, juntamente com o tabaco, os factores de maior predisposição à arteriosclerose e enfarte do miocárdio, entre outras doenças.

Controle assiduamente o nível de lipídios no sangue e, se elevados, lembre-se que evitando o tabaco e fazendo uma dieta carente de gorduras e/ou hidratos de carbono (açúcares), contribui para uma vida mais sã e duradoura.



ESQUEMA DE ZONAS HOMOGENEAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO — 3 Federações ou Agrupamentos de Municípios. 5 Gabinetes Técnicos de apoio aos Municípios

nada à mesquinhez do próprio território em que intervinham e à exiguidade dos recursos. Apesar de tudo, por razões semelhantes, em 1867, com Martens Ferrão, processa-se nova redução, passando o número de concelhos para 178 — sendo a redução, na Região do Al-

riormente, com os Códigos de João Franco (1895 e 1896). Actualmente existem 274 concelhos, sendo 16 na Região do Algarve.

siderarmos agora a Lei das Finanças Locais — início do processo de descentralização — e a necessidade portanto de intervenção num tecido homogêneo por económica e socialmente, quer fisicamente.

Mesmo sem profundas alterações administrativas, por inopurtas, existe a necessidade, neste momento, de estabelecer um processo coerente com o actual estado da sociedade portuguesa e da vida regional que leve as Regiões a dispor dos meios fundamentais ao seu desenvolvimento e, em particular, os seus Municípios, no sentido de dispor de possibilidades de intervenção racionais, proporcionadas às actuais exigências do planeamento.

Como afirmámos no artigo anterior, a instituição dos órgãos autárquicos regionais e a definição das competências (Conclui na 3.ª página)

DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

NO art.º 239.º da Constituição da República Portuguesa, ficou consagrado o princípio da descentralização administrativa. Com efeito, ali se enuncia que as atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, serão reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.

A Constituição, como lhe compete, enunciou um conceito geral, uma filosofia, que é a que mais se adapta a um sistema de democracia política e administrativa. Não há autêntica democracia sem um poder local, e regional, autónomo, dotado de órgãos próprios de administração, com competências amplas de deliberação, decisão e execução, e de recursos próprios que permitam às autarquias planificar, executar, associar-se ou federar-se livremente para a realização de tarefas e interesses comuns.

São, a nosso ver, as duas condições essenciais de dinamização do conceito geral inserido no art.º 239.º da Constituição, que aliás já resultava, insito, do contexto do Título VIII da lei fundamental.

Mas, se a lei fundamental apenas enuncia um princípio a que deve obedecer a organização administrativa do

País, inserindo-se nas nossas tradições doutrinárias, desde Herculano a António Sérgio, passando pelo municipalista e federalista José Félix Henriques Nogueira (para quem, no dizer do Prof. Joaquim de Carvalho, o município era uma das quatro colunas da construção política), e desenvolvendo a linha para que apontarem, com certa timidez, os Códigos Admi-

pelos dr. Júlio de Almeida Carrapato

nistrativos de 1836 e de 1878, de Rodrigues Sampaio, às leis ordinárias compete concretizar, desenvolver, detalhar, dinamizar o princípio, sem o que o princípio ficaria estratificado, fossilizado, sem alma, sem acção e sem vida.

A preocupação do legislador ordinário, se quiser desenvolver o conceito constitucional, deverá apontar para a definição e enumeração ampla das atribuições das autarquias, para a amplificação da esfera de competência dos seus órgãos e para a crescente autonomia financeira das pessoas colectivas de população e território — as autarquias locais.

A descentralização implica transferência de funções e competências do poder central para o poder local, do aparelho administrativo do Estado para o aparelho administrativo do Município (Conclui na 4.ª página)

Medicina preventiva em Estiramanténs, Tavira

O CENTRO de Saúde de Tavira, em colaboração com a Comissão de Moradores de Estiramanténs, Tavira, realizou, pela terceira vez, na passada semana, uma sessão de medicina preventiva, abordando em especial o problema da hipertensão, tendo manifestado muito interesse sobre o assunto abordado.

No final, tiveram a oportunidade de medir a tensão arterial, tendo-se registado a necessidade que algumas pessoas observadas têm de ser vigiadas com assiduidade.

É de salientar a valiosa colaboração de duas médicas e da enfermeira chefe, que puseram à disposição do semelhante os seus preciosos conhecimentos, ajudando as populações mais afastadas das zonas urbanas.

A SAÚDE UM PROBLEMA DOS PORTUGUESES

NESTE mesmo jornal, em 19 de Maio e em 9 de Junho do ano passado, publicámos dois artigos sobre o Serviço Nacional de Saúde. Embora não exerçamos qualquer actividade profissional que esteja ligada à medicina, por uma questão de sensibilidade sempre gostámos de escrever sobre este assunto. Quando, neste País, se fala tanto

pelos dr. Geleate Canau

em austeridade «para quem trabalha», não podemos deixar de reflectir sobre os proventos que a maior parte dos médicos e farmácias usufruem e do pouco que se tem feito a favor da medicina preventiva...

Aliás, nesse sentido podemos citar (Conclui na 3.ª página)

FING-FING-FING

NÃO, leitor amigo, hoje não te venho «seringar» o juízo com «plática». Aliás diga-se que a política portuguesa pode resumir-se deste modo: a maioria ainda está farta de direita, mas encontra-se mais ou menos profundamente desiludida com a esquerda. Nem te venho entoar loas ao mau tempo (muito embora me admire de até a Natureza estar contra os capitães de Abril, caramba!). Hoje venho falar-te de um facto, um facto aparentemente insignificante, que até mesmo te poderá ter escapado à atenção sonolenta com que lês o periódico teu favorito, mas que ou eu me engano muito ou vai alterar as nossas (sim, a minha e a tua) vidas. Trata-se do GRANDE SALTO PARA FORA, dado pelo sr. T'eng S'iao P'ing (pronunciar Deng Chiau Ping, abrindo bem o a).

O sr. Teng é uma figura notável. Foi segundo entre os primeiros. Acusado de traidor pelos guardas vermelhos da revolução cultural, foi relegado para último dos últimos (e muita sorte teve em não ser passado para um caixão de mogno). Hoje é o primeiro entre os primeiros. E, tendo olhado com atenção para o povo chinês, verificou que a classe média andava de bicicleta, que os hospitais, de paredes feitas com adobe e telhados

pelos dr. Afonso de Castro Mendes

de colmo, tinham enfermeiras não diplomadas que faziam acupuntura e desejos de melhores. E, ao contrário de seus antecessores que viam em tudo isso a manifesta superioridade do povo (Conclui na 4.ª página)

JORNAL do ALGARVE

JÁ sobre a hora de encerramento desta edição, recebemos uma carta do Centro de Observação Anexo ao Tribunal Central de Menores de Lisboa sobre o Caso Paulo Pinto que havia sido dirigida ao nosso colega O «Algarve». No próximo número apresentaremos a transcrição desta carta e de uma outra do Comando Distrital da PSP, bem como o teor de uma entrevista telefónica havida com o dr. Campos Coroa, sobre a notícia por nós inserida, da autoria do nosso colaborador Teodomiro Neto que intitulámos: «Criança Presa em Caxias».

— Por falta de espaço não nos foi possível publicar todos os artigos recebidos, para o que pedimos a compreensão dos nossos colaboradores.

FARO em notícia

CÍRCULO CULTURAL DO ALGARVE

Prosseguem os colóquios-debates promovidos pelo Círculo Cultural do Algarve em Faro. Assim o encontro do dia 9 de Março será dedicado a «Os poetas de hoje no Algarve» e, no dia 23 de Março, a Universidade preencherá a reunião.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FARO

Reúne no dia 28 (4.ª feira), em sessão ordinária, com início às 21h 15m, a Assembleia Municipal de Faro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1.ª, Eleição do 1.º secretário da Mesa da Assembleia Municipal; 2.ª, Deliberação sobre o Relatório e Contas da Câmara Municipal de Faro relativa ao ano de 1978; 3.ª, Apreciação da informação do Presidente do Município acerca da actividade municipal; 4.ª, Ano Internacional da Criança; 5.ª, Exposição do representante do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (Comissão Instaladora da Reserva Natural da Ria Formosa).

SINDICATO DA HOTELARIA DE FARO

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro distribuiu um comunicado alertando para o facto de as verbas provenientes da quotização sindical, em poder das empresas, estarem a ser desviadas para outros fins e não serem remetidos àquele organismo sindical.

«CORREIO DO SUL»

Entrou no 60.º ano de publicação o prestigioso semanário regionalista «Correio do Sul», que se publica em Faro.

Ao seu director, dr. Mário Lyster Franco, apresentamos as nossas felicitações.

CONFERÊNCIA SOBRE A CRIANÇA NO ROTARY CLUBE DE FARO

Sob a presidência de Luciano Seromenho, decorreu uma reunião festiva do Rotary Clube de Faro, a primeira de uma série dedicada ao Ano Internacional da Criança. No decurso da mesma, o dr. Jacinto Duarte, delegado no Algarve do AMADE, pronunciou uma conferência sobre «A criança e o mundo da violência, da droga e da prostituição». Ao longo da sua intervenção, o conferente focou múltiplos aspectos do mundo in-

fantil e da sua problemática. Referiu também um projecto do AMADE para o Algarve, consistindo na instalação de uma escola de prática agrícola para jovens dos 12 aos 16 anos, sem família, que viveriam com vários casais, e a possibilidade de nela instalar uma colónia de férias, na época balnear. Para o efeito há a cédência, por empréstimo, de uma propriedade com 6 hectares no Algoz.

JARDIM ESCOLA JOÃO DE DEUS

Tendo em vista uma dinamização do processo de construção do Jardim Escola João de Deus, em Faro (o que constituiria sem dúvida uma das mais válidas celebrações do Ano Internacional da Criança na capital algarvia) decorreu uma reunião que teve a presença da sr.ª D. Maria da Luz de Deus Ramos (neta do poeta e pedagogo e presidente da direcção da Associação dos Jardins Escolas de João de Deus).

QUINZENA DE MÚSICA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

No âmbito da «Quinzena de Música da República Democrática Alemã», organizada pela Radiodifusão Portuguesa, efectuou-se em Faro, um recital de música de câmara. Decorreu o mesmo no Teatro Lethes, apresentando-se dois artistas de invulgar craveira: Gyorgy Garay, em violino e Hilda Grebner (piano), os quais colheram fortes e merecidos aplausos.

I Exposição Rádio C. B. em Faro

Promovida pela Secção de Rádio do Ginásio Clube Naval, decorreu em Faro, a «I Exposição de Rádio Citizen Band» (Banda do Cidadão). Teve como principal objectivo aproximar todos os praticantes daquela actividade, radicados no Algarve, e explicar a toda a população o que é a Banda do Cidadão. A exposição era constituída por uma parte técnica, com diverso material utilizado e utilizável, pelo sector publicitário, referência aos múltiplos contactos efectuados, um posto de rádio a trabalhar e uma torre visitável.

Esta oportuna iniciativa teve como complemento uma jornada de confraternização de quantos no Algarve se dedicam à «Citizen Band».

Lavandaria Raposa

Informa os seus Exmos. Clientes que a partir de 1 de Fevereiro de 1979, se encontra encerrado para férias, reabrindo no dia 28 de Fevereiro.

A Gerência 146

Hotel Dona Filipa

Hotel Dona Filipa precisa apartamento para alojar o Subdirector entre Loulé e Quarteira.

Resposta ao Hotel Dona Filipa, tel. 94141. 140

Ecos

Partidas e chegadas

Transferiu a residência de França para Hortas de Vila Real de Santo António o nosso assinante sr. Onil Rodrigues Viegas.

Farmácias

DE SERVIÇO

Em ALBUFEIRA, hoje, a Farmácia Alves de Sousa; e até quinta-feira, a Farmácia Piedade.

Em FARO, hoje, a Farmácia Paula; amanhã, Almeida; domingo, Montepio; segunda-feira Higienic; terça, Graça Maria; quarta, Pereira Gago e quinta-feira, Pontes Sequeira.

Em LAGOS, hoje, a Farmácia Lacobrigense; amanhã, Silva; domingo, Neves; segunda-feira, Ribeiro Lopes; terça, Lacobrigense; quarta, Silva e quinta-feira, Neves.

Em LOULÉ, hoje, a Farmácia Pinheiro; amanhã, Pinto; domingo, Avenida; segunda-feira, Madeira; terça, Chagas; quarta, Pinheiro e quinta-feira, Pinto.

Em OLHÃO, hoje, a Farmácia Progresso; amanhã, Olhanense; domingo, Ferro; segunda-feira, Rocha; terça, Pacheco; quarta, Progresso e quinta-feira, Olhanense.

Em PORTIMÃO, hoje, a Farmácia Oliveira Furtado; amanhã, Moderna; domingo, Rosa Nunes; segunda-feira, Amparo; terça, Dias; quarta, Central e quinta-feira, Oliveira Furtado.

Em TAVIRA, hoje, a Farmácia Franco; amanhã, Sousa; domingo, Montepio; segunda-feira, Aboim; terça, Central; quarta, Franco e quinta-feira, Sousa.

Em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, hoje, a Farmácia Carmo; e até quinta-feira a Farmácia Silva.

A Câmara de Vila Real de Santo António vai adquirir antigo prédio do Banco de Portugal

Reúne hoje, às 21h e 30m, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António que vai provavelmente sancionar a compra do imóvel do Banco de Portugal, situado na Rua António Capa, no valor de três mil contos, com uma verba concedida pelo Ministério de Administração Interna.

O prédio servirá para aquartelamento da PSP que abandonará as instalações da Praça Marquês de Pombal.

AGENDA

Televisão

Algumas rubricas que poderá ver no 1.º Programa da R. T. P.:

Hoje, às 20,30 horas, «O astro»; às 21,30, Transmissão directa da final do Festival da Canção 1979.

Amanhã, às 18,30 horas, «Nicholas Vickleby»; 21, fados; 21,30, «Viva o descanso», noite de cinema.

Domingo, às 17,40 horas, A abelha Maia; 18,35. Viva a criança, produção musical da TVE; 19, Ano Internacional da Criança; 19,40, Tropicália; 21,30 Estúdio 2 — O rei do Ilxo.

Segunda-feira, às 20,35 horas, «O astro»; 21,20, A Madeira homenageia Max; 22,10, «O planeta dos homens».

Terça-feira, às 18,35 horas (Os cinco) — «Há fitas», série filmada 20,30, «O astro»; 21,50, «A caminho de Hong-Kong».

Quarta-feira, às 20,40 horas, «O astro»; 22,25, «O planeta dos macacos».

Cinemas

Em ALBUFEIRA, no Cine-Pax, hoje, «A linguagem do amor»; amanhã, «Falcão, o grande chefe índio»; domingo, «As noites loucas do dr. Jerryll»; segunda-feira, «7 contra todos»; quarta-feira, «Os dois bombeiros».

Em FARO, no Cinema Santo António, hoje, «O mestre do Kung-Fu»; amanhã, em matinée, «A espada era a lei» e em soirée, «Tentações»; domingo, em matinée e soirée, «O grande aldrabão»; segunda-feira, em matinée, «Os gloriosos malucos das máquinas voadoras» e em soirée, «Dia de glória»; terça-feira, «Coronel, agente secreto».

Em LAGOS, no Teatro Cinema Império, hoje, «Anjos de asas queimadas»; amanhã, «Simbad e o olho do tigre»; domingo, «New York, New York»; quarta-feira, «A quadrilha maldita».

Em LOULÉ, no Cine-Teatro Louletano, domingo, «Uma rapariga de gritos»; terça-feira, «As grandes manobras».

Em PORTIMÃO, no Cine-Teatro, hoje, «O uivo»; amanhã, «Os profissionais»; domingo, «Viva Kinievel»; segunda-feira, «Anjos de asas queimadas»; terça-feira, «Simbad e o olho do tigre»; quarta-feira, «F. I. S. T.».

Em S. BARTOLOMEU DE MESINES, no Cine-Teatro João de Deus, hoje, «Bel-amis»; amanhã, «Tarzan — o mistério da selva»; domingo, «A filha da casta Susana»; terça-feira, «Sartana mata tudo».

Em SILVES, no Cine-Teatro Silvense, hoje, «Os fugitivos»; amanhã, «7 contra todos»; domingo, em matinée e soirée, «Um irresistível selvagem»; segunda-feira, «O pecado serve-se quente»; terça-feira, em matinée e soirée, «A mostarda sobe-me ao nariz».

Em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, no Cine Foz, amanhã, «Fadada no matrimónio»; domingo, «Viva a liberdade»; terça-feira, «Herbie no raly de Monte Carlo».

Necrologia

D. Maria da Saúde Silva Fernandes

Em Vila Real de Santo António, onde há largos anos residia, faleceu a sr.ª D. Maria da Saúde Silva Fernandes, de 70 anos, natural da Conceição de Tavira, casada com o sr. João dos Passos Neto. Era mãe das sras. D. Maria da Saúde Fernandes Neto, D. Maria Antonieta Fernandes Neto, casada com o sr. Fernando Gomes da Silva, D. Júlia Fernandes Neto, casada com o sr. José Martins Nunes Benjamim e dos srs. Alfredo Fernandes Neto, casado com a sr.ª D. Maria Helena Frade e Diamantino Fernandes Neto, casado com a sr.ª D. Idalina de Brito Mendonça. Deixa 8 netos.

D. Maria Gago Jerónimo Pinto
Faleceu, em Loulé, a sr.ª D. Maria Gago Jerónimo Pinto, de 78 anos, natural de Santa Bárbara de Nexe, esposa do sr. António Mendes Pinto.

A saudosa extinta era mãe do sr. Horácio Pinto Gago e da sr.ª D. Maria Pinto Pereira.

O funeral constituiu sentida manifestação de pesar.

Francisco Soares

Faleceu em Vila Real de Santo António, onde residia há largos anos, o sr. Francisco Soares, de 94 anos, natural de Castro Marim, viúvo de D. Claudina Rosa. Era pai das sras. D. Maria da Conceição Soares, D. Antó-

nia da Conceição Soares e D. Elvira da Conceição Soares; sogro da sr.ª D. Maria Eugénia Dias Fonte Soares e do sr. Homero Gomes Nené; e avô das sr.ªs D. Arminda Soares Gomes Nené Gonçalves e D. Rita Soares Gomes Nené da Cruz e do menino Manuel Fonte Soares; e bisavô dos meninos Ana Sofia Nené Gonçalves e Filipe Miguel Soares da Cruz.

António Júlio de Oliveira Saraiva

Em Vila Real de Santo António, onde residiu durante largos anos, faleceu o sr. António Júlio de Oliveira Saraiva, de 80 anos, natural do Porto, que deixa viúva a sr.ª D. Célia Higinio Saraiva. Era pai do sr. José António Higinio Saraiva, casado com a sr.ª D. Maria de Lurdes Azevedo Saraiva e avô dos meninos José Maria e Heitor Azevedo Saraiva.

VILA REAL DE STO. ANTÓNIO

AGRADECIMENTO



D. MARIA DA SAÚDE SILVA FERNANDES

Seu marido, filhos, noras, genros e netos, agradecem reconhecidamente a todas as pessoas que acompanharam o ente querido à última morada ou que de qualquer outra forma manifestaram pesar pela sua morte.

151

Vende-se

Um AUTOMÓVEL Dyane, de 1976, em estado de novo. Tratar na Estrada da Penha, n.º 121-1.º andar — Faro, a partir das 19 horas.

156

Atenção

Visite em Olhão, frente à TRANSFEC, o armazém de Tertuliano Brito de Sousa onde encontrará a mais vasta gama de Materiais de Construção Civil e outros.

157

Funerária do Sul, Lda.

Gerência de João Estêvão

Funerais, trasladações e artigos religiosos

Rua Paula Vicente 15
Praça Humberto Delgado, 4-A

(Junto ao Mercado das Torcatas)

Telefs. 276 10 45 - 276 11 20

ALMADA

CONSERVAS DE PEIXE



SAIAS, IRMÃOS & CIA., LDA.
Casa fundada em 1929
OLHÃO PORTUGAL



Conta Previdência



Depositar é duplamente segurar é ficar seguro contra Acidentes Pessoais Desde 1964. Há 15 anos.

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR
Factor de Progresso

Poupe Diesel...
Compre um

DEUTZ

O tractor que se amortiza
por si ano após ano
Não se deixe enganar

FAÇA CÁLCULOS

Concessionário exclusivo para o Algarve:

TAVIAGRO

Rua Jacques Pessoa, 26 - 26-A
Telefs. 23115-22928 TAVIRA

Aspectos Particulares do Desenvolvimento Regional

(Conclusão da 1.ª página)

cias a nível local, regional e central são tarefas imediatas e urgentes. Da mesma forma se impõe a definição dos órgãos de coordenação a nível regional.

Constituindo a Região do Algarve uma unidade física, económica e histórica, importa sobretudo, conforme o afirmámos já em 1975, instituir o processo de descentralização e deixar à Região a responsabilidade de criar as estruturas necessárias ao seu desenvolvimento. Não será em trabalho de gabinete, isolada e independentemente da realidade dos problemas regionais que se encontrará a forma de dar «vida e corpo» à administração regional.

Os Municípios são chamados a participar, activamente, no processo de diagnóstico da situação local, do qual se encontram afastados, bem como a reconverter, rapidamente, os meios de actuação e os métodos de trabalho. Uma acção que, presentemente, nos parece operacionalmente possível e desejável dadas as implicações que a resolução global do problema apresenta, poderá ser a criação de Federações ou Agrupamentos de Municípios, constituindo zonas homogêneas de desenvolvimento económico e social, independentemente dos esquemas de regionalização que vierem no futuro a ser adoptados. Estes Agrupamentos terão de ser fortemente apoiados por Gabinetes Técnicos devidamente estruturados, com autonomia, embora tutelados por aqueles, implantados nas várias zonas, não constituindo, como é óbvio, qualquer espécie de «poder paralelo».

CONTEXTO REGIONAL

É pela experiência dos Gabinetes Técnicos e pelo tratamento da «informação regional» que se deverá, pouco a pouco, caracterizar o futuro órgão coordenador regional. Ele deverá ser instituído com a experiência acumulada da prática municipal, que a aplicação da Lei das Finanças Locais, as atribuições e competências e os programas de acção, lhe dará.

Este órgão coordenador deverá estar em perfeito sincronismo com os problemas que à Região interessa resolver e que deverá, sobretudo, ter capacidade para os resolver.

É evidente que o órgão coordenador para a Região do Algarve será estruturalmente diferente daqueles que actuarão em outras Regiões. Os problemas em cada Região estão perfeitamente definidos pelas suas especificidades próprias, assim como as várias Regiões estão, económica, social e fisicamente, caracterizadas.

É pois importante que se crie experiência a nível regional para se definir e caracterizar o órgão coordenador que interessa à Região do Algarve.

Os Gabinetes Técnicos de apoio às federações ou agrupamentos de Municípios, cujo esquema para a Região do Algarve, por nós elaborado e apresentado em fins de 1975, se insere neste artigo, deveriam actuar em duas fases, ajustando as acções a desenvolver à nova orgânica municipal ou inter-municipal e à Região.

A primeira fase estabelecerá aquelas funções já hoje próprias dos GATs (Gabinetes de Apoio Técnico, instituídos pelo M. A. I.) alargadas ao planeamento concelhio, com acções de programação de política urbana dos Municípios e previsão financeira, bem como com funções de apoio ao plano de estratégia inter-concelhio, a submeter ao colectivo do Agrupamento, com acções de diagnóstico contínuo da situação e propostas à administração central e, ainda, com propostas de instituições dos Fundos Municipais de Urbanização, necessários à execução de Planos, Projectos, Municipalização de Solos, etc.

A segunda fase, na sequência dos estudos para o plano estratégico inter-concelhio, detectaria as acções de fomento produtivo e sistemas de produção, que possam ser apoiados pelos Municípios, ao mesmo tempo que estabelecerá acções de ligação horizontal entre vários Agrupamentos (ou

Federações de Municípios), tendentes a preparar esquemas a nível regional — ligações às Direcções Regionais de Planeamento — e a preparar a instituição do órgão coordenador regional.

NOTA: No próximo número publicaremos a conclusão deste estudo do arg. Rui M. Paula, num último capítulo intitulado «ASPECTOS PARTICULARES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (3) — Etapas Prévias/Plano».

A saúde, um problema dos portugueses

(Conclusão da 1.ª página)

o que se passa actualmente em Vila Real de Santo António, onde o despiste das doenças cardiovasculares foi encerrado, porque foi cancelada a permissão de fazerem os electrocardiogramas no Hospital da Vila. Contudo, supomos que não foi por qualquer má vontade...

Porém, uma das mais curtas análises (mas também incisiva) que temos ouvido sobre os Serviços de Saúde em Portugal foi feita há dias na Televisão, pelo actual Primeiro-Ministro com os seguintes tópicos:

— Desorganização dos serviços Médico-Sociais; congestionamento dos serviços hospitalares de urgência; a desregrada utilização dos meios auxiliares de diagnóstico (análises e radiografias) e dos medicamentos, cujo consumo é exagerado e dispendiosíssimo; a péssima distribuição e utilização dos médicos, que se concentram nos grandes hospitais das cidades principais e faltam nos bairros urbanos e na província; a existência de 700 vagas de médicos especialistas nos hospitais distritais, porque a abertura dos respectivos concursos tem um atraso de três anos.

Todavia, ninguém pense que os problemas se irão resolver simplesmente

porque o sr. Primeiro-Ministro falou neles na Televisão. Aliás, falar sem tentar resolver...

Quando os médicos policlínicos que são deslocados para a periferia têm dificuldade em obter alojamento (caso falado no Emissor Regional do Sul); quando é interrompida a construção de alguns Centros de Saúde no Norte do País; quando acontece a suspensão do despiste das doenças cardio-vasculares no Centro de Saúde de Vila Real de Santo António; parece-nos ser um tanto ou quanto demagógico...

E, ainda, que se passa com o projecto do Serviço Nacional de Saúde, apresentado na Assembleia da República pelo ex-ministro dos Assuntos Sociais, o socialista dr. António Arnaut?

Apesar de tudo que nos digam, pensamos que poder-se-ão fazer mais economias quando todos nos empenharmos em melhorar a qualidade da vida através de uma medicina preventiva e da melhoria da alimentação, habitação, transportes, educação, etc., mais do que pelos gastos imensos em meios auxiliares de diagnóstico e medicamentos. Mas todos os portugueses têm que se preocupar com o problema, desde os médicos e enfermeiros até ao cidadão comum.

FIAT — OM

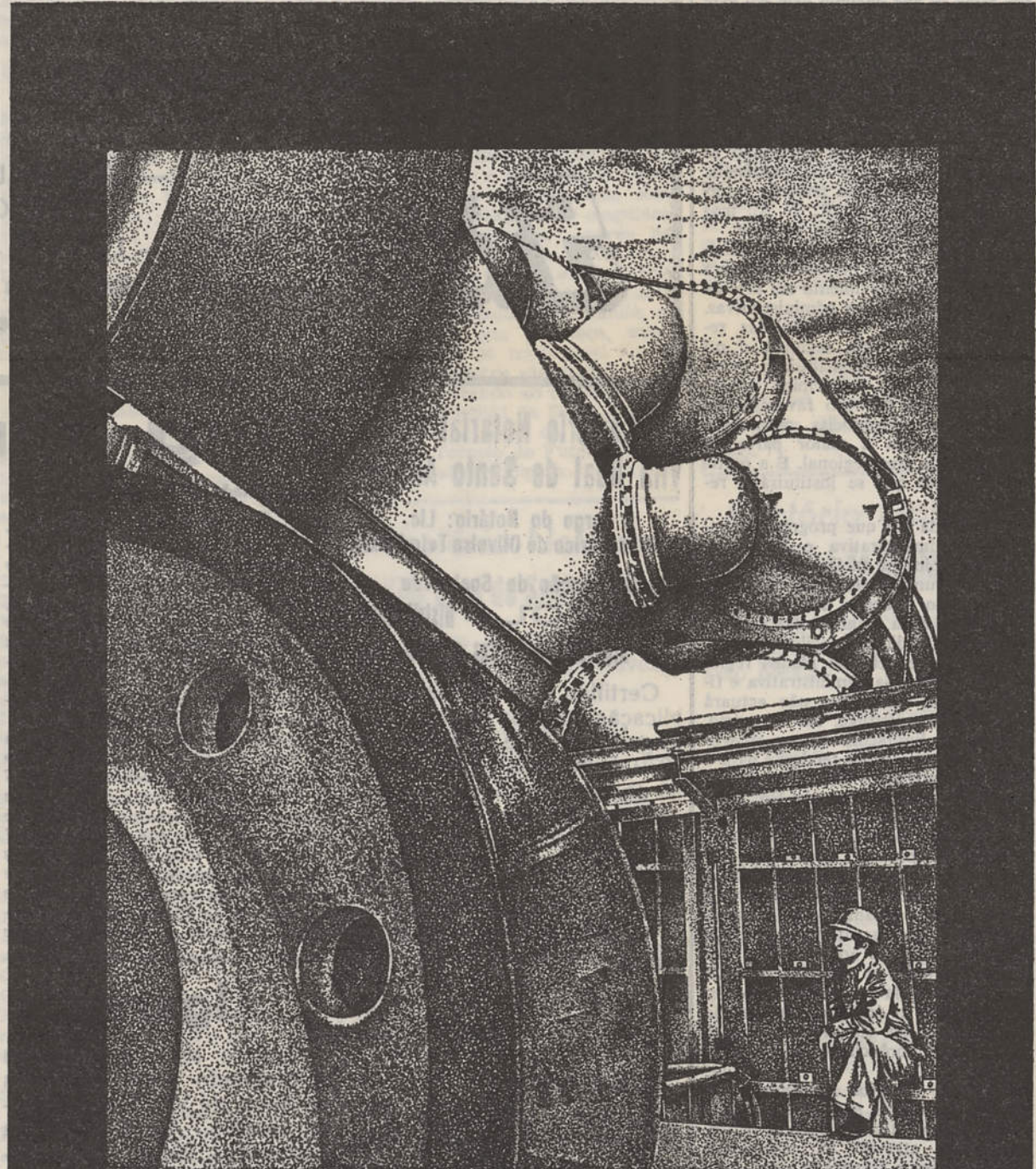
Peças para Tractores, Camions e Máquinas Industriais

Informamos os nossos estimados clientes que acabamos de receber, para completar o nosso Stock material de Motor, Caixa de Velocidades, Embraiagem e Diferencial.

TRACTOPEÇAS

Peças e Máquinas Agrícolas, Lda.

Rua do Alportel, 113 Telef. 22234 — FARO 144



Cimentar o futuro do país... Cimpor

Para cimentar o futuro do País, a CIMPOR dispõe de seis Centros de Produção e nove Entrepósitos, tem uma capacidade global de produção de 4 400 000 toneladas por ano e está a ampliar as suas instalações para mais

um milhão de toneladas por ano. A CIMPOR possui avançada tecnologia em equipamento e métodos de trabalho. A capacidade de resposta da CIMPOR garante a qualidade do cimento produzido e uma cada vez maior facilidade de distribuição a nível nacional.



Cimentos de Portugal, E.P

Sede: Rua Braamcamp 7-1 Lisboa 1-1el. 59161/66
Teleg. CIMPOR/LISBOA - Telex. 12433 CIMPOR P



FELISBERTO CORREIA

— TÉCNICO DE CONTAS —
(Inscrito na D. G. C. I.)
Telef. 23645 PORTIMÃO

Assistência e responsabilidade técnica de contabilidades do grupo A

Montagem e supervisão de escritas de todos os ramos de actividade

Pareceres contabilísticos — Orientação fiscal

GABINETE: Largo D. João II, 36-1.º

DELEGAÇÃO EM LISBOA

Trata de todos os assuntos para as empresas

Maria, trago galeirões para o jantar!

(Conclusão da última página)

do-os, assim, dos restantes, cujas tarefas estavam simplificadas. Ai se definiram as relações do homem para o homem, do homem para a mulher e do adulto para o jovem.

A medida que o processo de hominização se desenvolvia, a complexidade do sistema aumentava e, com ela, a diferenciação genética e social dos indivíduos. Quando a hominização atingiu a fase que deu lugar à espécie homo sapiens, já estavam nitidamente marcadas as tarefas e as posições de cada indivíduo no grupo, criando-se, assim, uma estratificação social, mantida por leis e deveres bem determinados. Na origem da diferenciação genética e social da espécie humana esteve, portanto, a necessidade nascida dum praxís que exigia o aprofundamento das capacidades e o estabelecimento de relações específicas entre os indivíduos do grupo para a sobrevivência do mesmo.

Mas esta necessidade criou, afinal, as condições que iriam definitivamente sobrevalorizar o papel do homem (macho) na sociedade humana.

O processo da evolução desenvolveu-se, ganhou dimensão, atingiu graus de complexidade crescente. No entanto, as características essenciais que definiram as relações entre os indivíduos primitivos do mesmo grupo mantiveram-se, ainda que tenham tomado formas diferentes. Porém, nos últimos tempos, as transformações sofridas têm sido tão profundas que atingem valores considerados intangíveis e tendem a abalar determinadas estruturas, parecendo ir desfazer-se o equilíbrio assente na superioridade do homem em relação à mulher.

É neste ponto que penso poder estabelecer a ponte com as origens.

Castro Marim pequeno retrato cultural

(Conclusão da última página)

cidade recreativa, desportiva e cultural é mais uma das colectividades existentes nesta terra, que já conta quatro anos, e o seu objectivo é, pura e simplesmente, o desporto. Tem, no entanto, possibilidades de desenvolver nesta pequena vila uma acção desportiva capaz e de atrair a si muitos jovens da localidade. Algo se tem feito, mas não suficiente. Desses pouco há a destacar a organização anual de um torneio de futebol de salão e algumas provas de atletismo. Também neste aspecto se nota a falta de apoio de quem de direito e as camadas mais jovens têm sido muito prejudicadas, porque, ainda por falta de verba, não se pode ir mais além. Em suma, uma colectividade com condições propícias para fomentar o verdadeiro desporto nesta sede de concelho, mas que não o faz devido à pouca vontade, quer dos seus dirigentes quer das entidades oficiais (Câmara Municipal, DGD, etc.).

O Castro União Futebol Clube conta 25 anos de existência e de trabalho infrutífero, isto é, uma colectividade que nada fez para o desenvolvimento do desporto desta vila. Mais uma vez, e agora, porquê? Porque há rivalidade entre as duas colectividades. Não vêem que tudo isso só lhes traz o declínio e com ele o afundar do desporto, a fonte da vida e da saúde. A única alternativa para o desenvolvimento da actividade desportiva nesta terra é a unidade das duas colectividades, elegendo para os cargos directivos pessoas competentes e com verdadeira força de vontade e andando para a frente.

E porque não falar na Reserva do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António? Ela tem por finalidade preservar as espécies animais e vegetais, nomeadamente manter um ambiente propício à formação de fitoplancton e zooplancton, para a alimentação dos peixes.

Muito mais há a dizer sobre Castro Marim, sobre o que se fez no passado e se poderá engrandecer no futuro, mas por hoje fico com a esperança de que este meu primeiro artigo venha de algum modo esclarecer, a quantos o leiam, que pouco está feito e muito se poderá fazer com a ajuda e compreensão de todos e, acima de tudo, daqueles que, até ao momento presente, não quiseram ainda abrir os olhos para a realidade que nos rodeia.

Será que o homem, temendo perder a superioridade mantida ao longo dos séculos, julga ser possível, através da caça, actividade da qual têm estado excluídas as mulheres, manter o ascendente adquirido nas origens através dessa praxís?

Porém, os factores que deram ao homem um papel de relevo, definindo uma posição hierarquicamente superior, no quadro das relações sociais, eram próprios das sociedades primitivas. Ai a sobrevivência do grupo estava dependente do êxito da caçada e esta dum conjunto de valores exigidos ao caçador que permitiram determinar perante o grupo a sua supremacia.

E hoje? Onde estão as longas distâncias percorridas a pé pelos caçadores primitivos, na busca de uma presa que melhor satisfizesse as necessidades do grupo? Onde estão as armas artesanais, cujo fabrico e utilização requeriam da parte dos caçadores qualidades superiores, não só para que a caçada resultasse, como para a sua própria defesa? Onde está o forte espírito de grupo, reforçado pelos perigos a que os caçadores estavam permanentemente sujeitos e pelos reduzidos meios de protecção de que dispunham? Onde está, acima de tudo, a relação Homem-Natureza, na compreensão mútua da interdependência de ambos?

Hoje, o Homem emprega o menor esforço possível. Começa por se deslocar de automóvel e, apesar do transporte fácil, não se aventura a percorrer longas distâncias, ignorando ou fingindo ignorar que determinados espaços por ele escolhidos são zonas vitais cuja preservação é indispensável para que o equilíbrio da biosfera se mantenha e, com ele, o próprio Homem. Os caçadores preferem esperar comodamente, de dedo no gatilho, que as presas lhe venham parar ao cano das espingardas.

As características que hoje a caça apresenta, para a maioria dos caçadores, fazem-me pensar se não será a caça uma simples manifestação de machismo... Estou a pensar no impacto que o caçador deve provocar à chegada, quando anuncia à mulher:

— «Maria, trago galeirões para o jantar!»

* — Praxís — prática. Homo sapiens — fase do desenvolvimento por que passou a espécie humana, para atingir a forma actual. — N. R.

II Encontro dos Escritores Algarvios

(Conclusão da última página)

transparecer, pretendem dinamizar o GEA de forma a torná-lo numa verdadeira força cultural do Algarve.

É a seguinte a constituição dos corpos gerentes, para o ano de 1979:

ASSEMBLEIA GERAL — Presidente, dr. Almeida Carrapato; vice-presidente dr.ª Mariana Amélia Machado Santos; 1.º secretário, dr. Leonel Neves e 2.º secretário, Vitoriano Rosa.

CONSELHO FISCAL — presidente, Joaquim Piscarreta; 1.º secretário, D. Mariana Dimbla e 2.º secretário, Joaquim Carlos Silvestre.

DIRECÇÃO — presidente, João Brás; vice-presidentes, João António Simões Tavares, dr. Telle Queirós e Neto Gomes; 1.º secretário, Tibério Nunes da Silva; 2.º secretário, Maria da Piedade Matoso Freire; tesoureiro, Gentil Valadares; vogais, dr. Mário Mota, Casário Severino, A. Vicente Campinas, Deodato Santos, dr. Manuel Tapadinhas, dr. José Neves, João Ladeira, dr. Mimoso Barreto, Reis Luis.

Alberto Pires Cabral

MÉDICO ESPECIALISTA
DOENÇAS DO CORAÇÃO

CONSULTAS às 2.ª, 3.ª, 5.ª e 6.ª feiras a partir das 17 horas

CONSULTÓRIO: Rua D. Carlos I, n.º 11-1.º Dt.º Tel. 23523

PORTIMÃO

Descentralização e regionalização

(Conclusão da 1.ª página)

ra os órgãos do poder autárquico, não esquecendo a aquisição e exercício de funções pelas associações de tipo social e, ao nível local, pelas organizações populares de base territorial. Será esta uma forma de entrelaçar as democracias representativa e directa. Claro está que não se preconiza um esvaziamento, por parte dos órgãos democraticamente eleitos ou legalmente nomeados, de funções próprias da sua especificidade.

A LEI DAS COMPETÊNCIAS...

No campo da dinamização do preceito constitucional da descentralização administrativa, o legislador ordinário elaborou duas leis essenciais: a lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, e a lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro; as chamadas leis das atribuições das autarquias e competências dos seus órgãos, e das finanças locais. A primeira, segundo o seu art.º 113.º, n.º 1, deveria ter sido revista até ao passado dia 31 de Dezembro de 1978. Não o foi, porém. Não deverá o legislador, na próxima revisão legislativa esquecer-se de que é mister não restringir, e mesmo ampliar, as atribuições das autarquias e os poderes dos órgãos de administração autárquica, respeitar os poderes dos colégios autárquicos, e de que deverá mesmo ampliar as funções e tarefas das organizações populares de base territorial.

Assim, e no tocante à ampliação das atribuições das autarquias, o art.º 2.º da lei n.º 79/77, embora seja meramente exemplificativa a enumeração nele contida, deverá conter uma referência expressa ao ordenamento físico, saneamento básico, defesa do ambiente e da qualidade de vida e à promoção turística. Qualquer destes sectores, pela sua relevância social, merece uma alusão explícita, evitando-se futuras discussões possíveis acerca do âmbito das atribuições das autarquias.

Pelo que toca ao respeito dos poderes dos colégios autárquicos, a alínea e) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 79/77 não deverá ficar como está. O que está não se ajusta ao princípio da colegialidade dos órgãos executivos das autarquias, inserido no art.º 241.º, n.º 1 da Constituição. Com efeito, o art.º 241.º, 1.º C. R. P. dispõe que a organização das autarquias compreende um órgão colegial executivo, responsável perante uma assembleia eleita, dotada de poderes deliberativos. E o art.º 34.º, n.º 1, e) da lei n.º 79/77 parecia que compete ao presidente da Junta de Freguesia dar cumprimento às deliberações da Assembleia de Freguesia ou do plenário, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da Junta.

As deliberações da Assembleia de Freguesia ou do plenário devem ser cumpridas, não pelo presidente da Junta, mas sim pela própria Junta. A Junta é que é o órgão executivo da Freguesia. O órgão colegial executivo de que fala a Constituição. O presidente da Junta não é órgão da autarquia. Daí que a alínea e) do n.º 1 do art.º 34.º da lei n.º 79/77 deva sair das competências do presidente da Junta de Freguesia e alinhar nas competências da Junta.

Ainda pelo que concerne ao respeito do princípio da colegialidade dos executivos, merecerá especial cuidado uma nova leitura do art.º 66.º da lei das autarquias, em termos de a coadjuvância do presidente da Câmara não ofender a competência do próprio órgão colegial que naquele não tenha sido delegada.

No tocante à ampliação das funções e tarefas das organizações populares de base territorial, deverá o legislador cometê-las a estas organizações em termos da sua acção se desenvolver em condições mais concretas e relevantes. Essa acção terá o campo de eleição junto das Assembleias de Freguesia, embora se possa desenvolver também perante outros órgãos do poder local.

Dentro desta orientação descentralizadora, encontrar-se-á uma forma de intensificar a participação das populações na vida administrativa local, o que os art.º 264.º e 266.º da Constituição prevêem. O segundo destes preceitos dispõe que as organizações populares de base territorial têm direito de participar, sem voto, nas assembleias de freguesia, através de representantes seus. Pois bem. Para que este direito se concretize e desenvolva, deverão as organizações populares de base territorial poder solicitar às assembleias de freguesia, como às Juntas de Freguesia, que se pronunciem

e deliberem sobre todos os assuntos de interesse para a autarquia respectiva. Esta será a forma eficiente de participação das populações na vida administrativa local.

Por isso, entende-se que a alínea t) do n.º 1 do art.º 17.º da lei n.º 79/77, onde se prescreve que compete à Assembleia de Freguesia «pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos de interesse para a autarquia, por sua iniciativa ou por solicitação da Junta», deverá prosseguir com outra alternativa: «ou das organizações populares de base territorial». Isto significará a aquisição, por parte das organizações populares de base, duma função, embora não decisória inteiramente compatível com o direito de participação. Significará descentralizar.

...E A DAS FINANÇAS LOCAIS

A outra lei essencial que se insere na política de descentralização é a lei das finanças locais. Por virtude desta lei pretende-se dotar as autarquias de rendimentos públicos que lhes permitam a realização das suas tarefas e a execução das suas atribuições de fomento, de abastecimento público, de cultura e assistência, de salubridade.

Mediante uma lei de finanças locais cria-se nas autarquias um erário público enriquecido, disponibilidades financeiras que viabilizem uma planificação e execução, nos múltiplos aspectos da vida social e local. Ser por uma lei de finanças locais é ser pela descentralização administrativa, já que sem autonomia financeira não é viável uma descentralização.

Até ao momento, as receitas dos municípios têm sido, fundamentalmente, constituídas pelos até agora minguados adicionais aos impostos directos do Estado e por subsídios e participações do Estado.

Pela lei n.º 1/79, os adicionais, subsídios e participações são substituídos pela totalidade do produto da cobrança da contribuição predial, rústica e urbana, do imposto sobre veículos, do imposto para serviço de incêndios, do imposto de turismo, que ficam a constituir receitas fiscais a arrecadar pelos municípios, integralmente, enriquecendo o seu erário público, sem consignações específicas, por uma participação no produto global do imposto profissional, do imposto complementar, da contribuição industrial, do imposto sobre aplicação de capitais, do imposto sucessório e do imposto sobre aplicação de capitais, de imposto sucessório e do imposto de sisa, e por uma participação municipal em outras receitas, inscritas no Orçamento Geral do Estado como fundo de equilíbrio financeiro.

Complementarmente, um despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e do Plano e da Administração Interna, de 19 de Janeiro do corrente ano, determinou que seja constituído e entre imediatamente em funcionamento um grupo de trabalho que elabore o plano de participação dos municípios nas receitas fiscais previstas nas alíneas b) e c) do art.º 5.º da Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro, isto é, nos impostos profissional, complementar, industrial, sobre aplicação de capitais, sucessório, sisa, e noutras receitas, inscritas no O. G. E. como fundo de equilíbrio financeiro. Isto porque, quanto às receitas fiscais referidas, previstas nas alíneas b) e c) do art.º 5.º da Lei n.º 1/79, os municípios terão apenas uma participação. Quanto às outras receitas fiscais dos municípios, previstas na alínea a) do mesmo art.º 5.º, o grupo de trabalho nada terá a fazer, porque tais receitas, provenientes da contribuição predial rústica e urbana e dos impostos sobre veículos, para serviço de incêndios e de turismo, passam a ser arrecadadas na totalidade pelos municípios.

A lei das finanças locais revogou, pelo seu art.º 27.º, toda a legislação geral e especial que contrarie as disposições da mesma lei. Representa este diploma um passo importantíssimo na senda da descentralização administrativa.

Tanto bastou para que o poder central, aos mais diversos níveis, reagisse. Particularmente no Algarve, um organismo de Estado, a Comissão Regional de Turismo do Algarve — C. R. T. A. — que, aliás, não tem personalidade jurídica, logo ripostou que esta interpretação da Lei, dos art.º 5.º, alíneas a) e b) e 27.º, estava errada. Claro que não estava. A verdade é que ou se é pela descentralização ou se é contra ela. A Comissão Regional de Turismo do Algarve é contra a descentralização e, por isso, o bte mpera que a interpretação do Governador Civil e das Câmaras,

— enquanto sustentam que aos municípios pertence por inteiro o imposto de turismo, — está errada, sem que contudo, avance, como seria curial, qual a interpretação certa da Lei, quer dizer, qual é a sua.

A traços muito gerais, dir-se-á; o imposto de turismo é originariamente um imposto municipal. Todavia, pelo decreto-lei n.º 114/70, de 18 de Março, foi criada a região de Turismo do Algarve e a C. R. T. A., segundo o qual, pelo seu art.º 21.º, as Câmaras Municipais do Algarve deveriam liquidar e cobrar o imposto de turismo, mas, até ao dia 10 do mês seguinte, deveriam remetê-lo para a C. R. T. A.. Quer dizer: às Câmaras competia liquidar e cobrar o imposto; à C. R. T. A., arrecadá-lo. Este regime, que escapava às normas gerais observadas no País, foi, porém, revogado pela aplicação conjugada dos art.º 5.º, alínea a) e 27.º da Lei n.º 1/79.

Este entendimento é pacífico. Não oferece dúvidas. Mas o organismo citado do poder central não quer. É contra a descentralização e contra a letra expressa da lei.

O mais curioso é que alguns industriais de hotelaria, a quem compete cobrar dos clientes o imposto de turismo e entregá-lo às Câmaras, querem que estas continuem a remetê-lo à Comissão estatal de turismo. Porquê, se o imposto não cresce, e se a entidade a quem terão de entregá-lo é a mesma?

Será porque a C. R. T. A. nunca pôde fiscalizar a cobrança do imposto nos estabelecimentos e as câmaras nunca se interessaram por isso, naturalmente porque o imposto não era arrecadado por elas, já que tinham que remetê-lo à C. R. T. A.?

É para averiguar. No Algarve, neste momento, chocam-se duas concepções, duas filosofias, duas filosofias: centralismo e descentralização. Com esta última posição estão os que pugnam pela lei, pelo direito positivo e pela Constituição. Portanto: o art.º 27.º da Lei n.º 1/79 revogou toda a legislação anterior sobre finanças locais, ainda que constituísse um regime especial. Daí, o imposto de turismo fica nos municípios. A C. R. T. A. sobreviverá se o Governo quiser, mas não obrigando as câmaras a suportar a sua existência. Claro que as câmaras poderão intervir em socorro da C. R. T. A., mas isso só dependerá da sua vontade.

A partir da descentralização administrativa, com base no município, terá que iniciar-se o movimento em prol da instituição das regiões administrativas. Efectivamente, a instituição das regiões administrativas, segundo o n.º 3 do art.º 256.º da Constituição, passa pela vontade dos municípios, atento que dependerá do voto favorável da maioria das assembleias municipais que representem a maior parte da população da área regional. É a partir do município que se instituirá a região.

Na medida em que progredir a autonomia administrativa e financeira dos municípios, se facilitará e tornará necessária uma tarefa de coordenação e apoio à acção das autarquias municipais. Essa é tarefa das regiões. Na mesma medida se facilitará a elaboração e execução de planos regionais. A autonomia administrativa e financeira dos municípios não actuará como força centrífuga. Ao contrário, libertos das limitações que os espartilhavam, os municípios tenderão para o livre associativismo, com vista à realização de planos comuns. Há, pois, que projectar a instituição das regiões, com os seus órgãos de deliberação, execução e consulta. Órgãos que terão que ser eleitos por sufrágio directo dos cidadãos e pelas assembleias municipais, no tocante ao deliberativo regional, e por escrutínio secreto da assembleia, quanto ao executivo. Assim se quebrará a situação transitória resultante da subsistência do distrito, em que o órgão de deliberação e o seu executor são providos e designado por inorência e por eleição restrita.

Enquanto não for instituída a região administrativa não estará fechado o ciclo democrático no País. A região, viabilizada através de autonomia administrativa e financeira, será o último passo no processo histórico de descentralização e deverá ter por base as unidades físicas diferenciadas do território. Tendo por coluna o município, não poderá absorver nem ressequir o poder municipal. Tal tipo de descentralização conduziria a um certo «totalitarismo» e centralismo. Escrevemos noutro lugar: «somos abertamente pela regionalização do território do país, mas em termos de respeito pela autonomia autárquica e municipal. Apoiar não é sobrepor ou absorver e a missão das regiões administrativas, como aliás comanda a Constituição da República Portuguesa, será a de coordenação e apoio à acção dos municípios, sem se lhes sobrepor hierarquicamente, como se de um super-poder ou de uma super-câmara se tratasse, com império sobre os órgãos do poder local».

EDIFÍCIO SANTO ANTÓNIO

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

★ Mais 40 fogos de 3 e 4 assoalhadas e 2 lojas num edifício de 11 pisos, estão a ser concluídos pela Empresa de Construções Símbolo, Lda. junto à Praça de Toiros.

★ Se reside em Vila Real de Santo António adquira o seu próprio andar e habite num dos mais modernos edifícios da vila.

★ Se pretende um bom investimento As características deste edifício garantem-lhe:

- ★ Qualidade
- ★ Valorização
- ★ Rendimento
- ★ Ocupação e rendimento

Peça-nos informações:

Status

— VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
EDIFÍCIO SANTO ANTÓNIO
— LISBOA
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 74-8.
Telefones 778100/778540

Cartório Notarial de Vila Real de Santo António

A cargo do Notário: Lic. João Frederico de Oliveira Telo Mexia
Dissolução de Sociedade DIAZOL — Distribuidora Algarvia de Azéites e Óleos, Lda.

Certifico, para efeitos de publicação que por escritura outorgada em 6 de Fevereiro de 1979, lavrada de folhas 35 V a 36 do Livro de notas para escrituras Diversas n.º B 121, deste Cartório, foi, de comum acordo, dissolvida a sociedade em epigrafe, constituída por escritura outorgada em 30 de Novembro de 1976, lavrada de fls. 47 a 48 V do livro de notas para escrituras Diversas n.º 109 deste Cartório, a qual não tinha activo ou passivo a partilhar.

Está conforme.
Cartório Notarial de Vila Real de Santo António, nove de Fevereiro de mil novecentos e setenta e nove.

O Ajudante,
Manuel Clemente

Algarve

Para comprar ou vender vendas, terrenos, moradias e quintas em bons locais, consulte Teixeira — Rua de Santa Justa, 22-2.º esq. — Lisboa.

Fing - Fing - Fing

(Conclusão da 1.ª página)

chinês sobre os bárbaros estrangeiros, conveio em que tudo era tosco e primitivo e que era preciso acompanhar o desenvolvimento tecnológico, ao menos a um nível aceitável. Para tanto, resolveu importar o que fosse preciso para dar ao chinês os mais espalhosos confortos de que hoje usufrui qualquer europeu de salário dois juro acima do mínimo. Mandou fazer as contas aos serviços respectivos.

E sabes tu, leitor, sabes quanto o sr. Teng se resolveu a gastar, até ao ano dois mil? Oitocentos BILHÕES de dólares. Eu não consigo fazer ideia do que sejam oitocentos BILHÕES de dólares. Mas estou que é muita massa!

Para te dar uma ideia mais exacta e mais aproximada, vou-te dizer que a nossa dívida externa é de cerca de 250 milhões de dólares. Pois bem. Somente ao Japão e somente durante

este ano do Senhor de 1979, a China irá comprar principalmente máquinas e ferramentas no valor de VINTE biliões de dólares. A Alemanha (Federal, o sr. Teng não mostra grande amizade pelos países marxistas, embora se diga marxista-leninista) outro tanto. A Suécia recebe encomendas no valor de 5 biliões.

E tudo assim. A verba mais pequenina que eu vi no catálogo de encomendas ascendia a um bilião... Agora, leitor, agora abre bem os olhos e lê: nestes biliões todos — então não nos há-de caber qualquer pataquinho a nós? Eu estou que sim. E agora calcula tu que estás na tua fábrica de licor de alfarroba e te entram dois tinsinhos, amarelos e pequeninos, e pedem-te amostras e provam o licor e dão dois estalinhos com a língua — e te encomendam 1 bilião de garrafinhas, leitor amigo? Tu que fazias? Tiravas — e com toda a razão — o cavalo da chuva... Pois, leitor amigo, eu estou que qualquer dia chegam aí os chins e desatam a comprar, a comprar, a comprar... Por mim, já tenho o meu plano feito. Pinto a loja de amarelo. Compro dois potes chineses e ponho um em cada canto. Alcatifo tudo a vermelho. E já estou a estudar chinês, com um dicionário... para quando chegar o chin comprador não me apañhar descalço.

Eles a entrarem e eu a fazer uma vénia até ao chão e a dizer, cerimoniosamente «ching-ping-long» (santas tardes), «lek-lek-trek» (tenho aqui um sortido bem sortido) «pog-log-jog» (a preços sem concorrência)... Aconselho-te a fazer o mesmo, leitor. Compra um dicionário e espera o chin armado de 800 biliões, que vem salvar o mundo industrial. O mais curioso é que o chinês, para pagar tudo quanto vai comprar, tem de pedir dinheiro emprestado. E sabes aonde ele o vai buscar? Ao mesmo sítio que nós. O que prova que este nosso mundo é bem pequeno. Mas, venha ele donde vier, leitor, o que é preciso é que ele venha para as nossas algebras. De sorte que, leitor, já sabes. Dicionário de chinês, «fing-fing-fing» (fiado só amanhã). E leva o guarda-chuva, quando não ficas encharcado...

Algarve

Compro barraca, casa ou apartamento perto de praias de Alvor até Vila Real de Santo António. Carta para Rua Correiros, 221-3.º Dto. — Lisboa, ou telefone 52 53 09.



Bar Santo António

Trespasa-se por motivo do proprietário não poder estar à frente do negócio. Informa o mesmo por telefone 257, — em Vila Real de Santo António.

FIRESTONE PNEUS

TAVIRA: Rua D. Marcelino Franco, 45 e Pr. Zacarias Guerreiro, 3-A
COM ALINHAMENTO DE DIRECÇÕES

OFERECE-SE

Casal novo com 23 e 26 anos para tomar conta de casa de estrangeiros. Pessoas extremamente sérias, e competentes para desempenhar tal cargo, de preferência no centro do Algarve.

Resposta a este Jornal ao n.º 94/79.

Dou a esta data a festa que não sinto, triste guerra.
E invento um ambiente: fritos, vinho tinto, a minha terra.

Do livro

NATAIS DE EXÍLIO

Do poeta e prosador algarvio e nosso colaborador

A VICENTE CAMPINAS

Uma edição do JORNAL DO ALGARVE - Pedidos directamente ao autor (Cx. Postal 2740, Lisboa - 2) ou para o «Jornal do Algarve»

Vende-se

Carro de passageiros c/ 29 lugares — Usado — Apartado 41 — OLHÃO.

VENDE-SE

LAVANDARIA EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Com garantia de ensinar todos os segredos técnicos e organização da mesma. Também tem casa para habitação.

Resposta à Lavandaria DRAGÃO — Rua José Barão n.º 50 e com o telefone n.º 358. 147

DESPORTO NO ALGARVE

DISTRITAIS DO INATEL EM FARO

Terminou a 1.ª fase do Distrital do Inatel (1.ª categoria) verificando-se as seguintes classificações: **Série A** — 1.º, São Francisco; 2.º, Alto de Rodes; 3.º, Paga-Pouco; 4.º, Touring; **Série B** — 1.º, Santa Luzia; 2.º, Olhos de Água; 3.º, Ferreiras; 4.º, Messines. Para a fase final foram apuradas as equipas de São Francisco, Alto de Rodes, Santa Luzia e Olhos de Água.

FUTEBOL PARTICULAR

Amanhã vão defrontar-se, em encontro particular, em Portimão, as equipas do Portimonense e do Vitória de Setúbal.

ANDEBOL

A contar para a «Taça de Portugal» (zona sul) registaram-se os seguintes resultados:

Esperança de Lagos, 16 — Benfca, 42;
Clube de Vela de Tavira, 14 — Passos Manuel, 19.

A contar para o Nacional da III Divisão (Série D) o sete dos Independentes venceu a Real Amizade de Farense por 21-19.

FUTEBOL ARBITRAGENS

O árbitro internacional algarvio César Correia (afastado durante alguns meses da actividade, a seu pedido) foi designado pela U.E.F.A. para dirigir mais dois jogos além fronteiras: a 21 de Fevereiro, em Murcia, o Espanha — França (juniões) e a 21 de Março, o Borussia — Manchester (Taça U. E. F. A.).

RESULTADOS DOS JOGOS

Taça de Portugal
Ac. Coimbra, 3 — Olhanense, 0

Campeonatos Nacionais
II Divisão
Farense, 0 — Seixal, 1
Amora, 0 — Portimonense, 0
Montijo, 0 — Olhanense, 1

III Divisão
Silves, 3 — Lusitano, 1
Esperança, 0 — Beja, 0
Com. e Ind., 4 — Quarteirense, 0

CAMPEONATOS DISTRITAIS
I Divisão
Sambrazense, 3 — Culatrense, 2
Beira Mar, 2 — Moncarapachense, 0
Fuseta, 1 — Leões Bairro, 1
Marítimo, 1 — Operários, 0
M. Alvorense, 3 — Monchiqueense, 1
Loulé, 1 — 11 Esperanças, 1
Torralta, 1 — Campinense, 1
Inf. Sagres, 2 — Armacense, 3

Juniões
Lusitano, 0 — Torralta, 1
Armacenses, 5 — Ama. Lagos, 0
Loulé, 0 — Silves, 4
Esperança, 0 — Olhanense, 3
Tavirense, 0 — São Luís, 5

Juvenis
Farense, 5 — São Luís, 2
Fuseta, 0 — Olhanense, 7
Lusitano, 1 — Tavirense, 0
Esperança, 0 — A. Lagos, 2
Loulé, 1 — Torralta, 3
Portimonense, 3 — Quarteirense, 0

Iniciados
Portimonense, 8 — Esperança, 0
Lagoa, 1 — Louletano, 0
A. Lagos, 2 — Silves, 2
São Luís, 0 — Lusitano, 0
Ginásio, 3 — Olhanense, 0
Marítimo, 0 — Fuseta, 2

JOGOS MARCADOS PARA O FIM DE SEMANA

TORNEIO INTERNACIONAL DE JUVENIS
Amanhã
EM FARO
Israel-Portugal
Dinamarca-Bélgica
2.ª FEIRA
EM PORTIMÃO
Dinamarca-Portugal
EM FARO
Israel-Bélgica
3.ª FEIRA
EM PORTIMÃO
Israel-Dinamarca
Bélgica-Portugal

JOGO PARTICULAR

Portimonense-Vit. Setúbal

CAMPEONATOS DISTRITAIS
Iniciados
Portimonense-Silves
Olhanense-Ginásio
Fuseta-Marítimo

Juvenis
Portimonense-Louletano
São Luís-Farense
Olhanense-Fuseta
Lusitano-Sambrazense

Juniões
Armacenses-Tavirense
Silves-Olhanense

I Divisão
11 Esperanças-Monchiqueense
M. Alvorense-Armacenses
Campinense-Louletano
Marítimo-Leões Tavira
Culatrense-Leões Bairro
Operários-Sambrazense

3.ª FEIRA
Juvenis
Farense-Olhanense
São Luís-Lusitano

BASQUETEBOL

Em encontro a contar para o Nacional da III Divisão (Feminino) O União de «Os Bonjoanenses», venceu, no Seixal, a turma local por 45-39.

Ao cabo da 9.ª jornada é a seguinte a classificação do Distrital do Inatel: 1.º Alto de Rodes — 0 pontos; 2.º, Sointal — 4 ps.; 3.º, TAP — 7 ps.; 4.º, Bancários — 8 ps.; 5.º, Sindicato Escritórios — 12 pontos.

TÉNIS DE MESA

A contar para os Distritais de Faro, em curso, verificaram-se os seguintes resultados: **Cadetes** — Os Olhanenses, 5 — Escola de Loulé, 0;
Juniões — Os Olhanenses, 2 — Farense, 5; Escola de Loulé, 0 — Nautico, 5;
Seniores — Os Jograis, 1 — Os Olhanenses, 5; Algoz e Benfca, 5 — Escola de Loulé, 0; Os Bonjoanenses, 5 — Monchiqueense, 0; Os Olhanenses, 1 — Algoz e Benfca, 5; Escola de Loulé, 3 — Os Bonjoanenses, 5.

ATLETISMO

EZEQUIEL CANÁRIO (FARENSE) SEGUNDO NO «CROSS DE ALSASUA» (ESPAÑA)

O jovem júnior do S. C. Farense, Ezequiel Canário, um dos mais promissores valores do atletismo algarvio, obteve o seu primeiro grande êxito além-fronteiras. Entre 31 atletas da Itália, Bélgica, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Espanha e Portugal, Ezequiel Canário foi o 2.º classificado no Cross Internacional Júnior de Navarra de Alsasua, corrido a 50 Kms. de Pamplona. O vencedor foi o belga Eddy de Paux que cobriu os 7 Kms. em 25 m. 28 s., chegando o jovem algarvio 12 s. depois.

10 KILMS DE ESTRADA

Promovida pela Delegação de Faro do INATEL disputou-se em duas jornadas a prova atlética «10 kms. de estrada» que teve a seguinte classificação — 1.º, João Santos (Penha); 2.º, Eudoro Pedro (Moncarapacho); 3.º, Hélder Leote (Ferreiras); 4.º, Francisco Eugénio (Moncarapacho); 5.º, Manuel Pedro (Moncarapacho). Equipas — 1.ª, Casa do Povo de Moncarapacho, 11 pontos; 2.ª, CPT Ferreiras, 18 pontos; 3.ª, CPT da Penha, 22 pontos e 4.ª, CCD da EVA, 40 pontos.

CAMPEONATOS REGIONAIS DE JUNIORES

Nos terrenos anexos ao Emissor Regional do Sul, em Faro, disputaram-se os Campeonatos Regionais de Juniores que tiveram as seguintes classificações finais:

MASCULINOS
1.º, Ezequiel Canário, Farense, 27.43; 2.º, Luís Godinho, Farense, 28.21; 3.º, Carlos Gravata, Quarteira, 29.20; 4.º, José Gregório, Esp. Lagos, 29.22; 5.º, José Grelha, Farense, 29.22; 6.º, Rui Almeida, Olhanense, 30.16; 7.º, Jorge Candeias, A. Lagos, 30.33; 8.º, Rui Vieltas, Nautico, 30.33; 9.º, Luís Quitéria, Quarteira, 30.43 e 10.º, Fernando Martins, Silves, 30.47.

EQUIPAS — 1.ª, Sporting Olhanense, 64 pts.; 2.ª, Quarteirense, 79 pts.; 3.ª, Amador de Lagos, 90 pts. e 4.ª, Sporting Farense, 94 pts.

FEMININOS
1.ª, Maria Madalena, Silves, 14.49; 2.ª, Florbela Damas, Silves, 15.10; 3.ª, Clara Rosário, Quarteira, 15.52; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

EQUIPAS — 1.ª, Quarteirense, 29 pts.
SENIORES (Prova extra) 1.º, Renato Graça, ODUL, 36.37; 2.º,

3.º, Maria Madalena, Silves, 14.49; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

3.ª, Maria Madalena, Silves, 14.49; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

3.ª, Maria Madalena, Silves, 14.49; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

3.ª, Maria Madalena, Silves, 14.49; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

3.ª, Maria Madalena, Silves, 14.49; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

3.ª, Maria Madalena, Silves, 14.49; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

3.ª, Maria Madalena, Silves, 14.49; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

3.ª, Maria Madalena, Silves, 14.49; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

3.ª, Maria Madalena, Silves, 14.49; 4.ª, Leonilde Martins, Farense, 16.58; 5.ª, Graça do Adro, Quarteira, 17.24; 6.ª, Carla Silva, Quarteira, 17.46; 7.ª, Ana Paula Martins, Quarteira, 17.50; Ana Ramos, Quarteira, 18.00 e Ana Rosa, Silves, 21.08.

José Guerreiro, Olhanense, 38.23; 3.º, António Costa, Olhanense, 40.24; 4.º, Rafael Barrau, Quarteira, 41.16; 5.º, Manuel Rosa, Am. Lagos, 42.09; 6.º, Fernando Santos, Quarteira, 43.19; 7.º, José Furtado, Am. Lagos, 44.21 e 8.º, Honorato Diogo, Quarteira, 44.31.

DESPORTO COM COTA GRANDE NO CARNAVAL ALGARVIO

O período de fim de semana dedicado à celebração do Carnaval é motivo no Algarve, para além dos cursos e outras manifestações que se efectuam na província do Sul, para um vasto conjunto de manifestações desportivas.

Assim no que se refere ao futebol e para além dum «amistoso» a jogar entre o Portimonense e o Vitória de Setúbal, na tarde de sábado e dos encontros para os campeonatos distritais em curso, temos a 2.ª edição do Torneio Internacional Juvenil. Participam as seleções de Portugal, Israel, Bélgica e Dinamarca e constitui uma excelente oportunidade para apreciar futuros valores. O calendário da competição é o seguinte:

Sábado, em Faro (às 15 horas), Israel — Portugal e Dinamarca — Bélgica; 2.ª feira (às 15 horas), em Faro, Israel — Bélgica; em Portimão, Portugal — Dinamarca; 3.ª feira (às 15 horas), em Portimão, Israel — Dinamarca e Portugal — Bélgica.

Recordamos que a 1.ª edição do Torneio, disputada em 1978, foi ganha pela turma belga.

Outra competição internacional oporá as seleções de cadetes de Portugal e da Suécia, em dois encontros a disputar nos Gimnódios desportivos de Faro e de Vila Real de Santo António.

Ao largo da Marina de Vilamoura decorrerá de 24 a 26 (de sábado a 2.ª feira) o V Torneio Internacional do Carnaval, competição que contará com a presença de velejadros portugueses e estrangeiros nas classes 470, finn, snipe, vaurien, laser, 420, europe e optimist. Aliás nesta última classe disputa-se o Torneio Ibérico.

Nos courts do Hotel da Balaia, na Praia Maria Luísa (Abufeira) disputa-se, de 24 a 27, a 9.ª edição do Torneio Internacional do Algarve, de que é juiz-árbitro Appleton Figueira. A competição comporta as modalidades de singulares (homens e senhoras), pares homens, pares mistos e veteranos.

O atletismo tem no «Grande Prémio do Carnaval», a correr na Avenida Costa Mealha, em Loulé, no domingo, a sua presença, numa prova que é já tradicional no calendário pedestre algarvio.

Ainda voltando ao futebol, a Delegação Distrital da D. G. D. marcou para 3.ª feira de Carnaval a final do Torneio de Futebol Infantil na qual participam 77 equipas.

Cartório Notarial de Vila Real de Santo António

A cargo do Notário: Lic. João Frederico de Oliveira Telo Mexia.

DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE

Dias & Dias, Lda.

Certifico, para efeitos de publicação que por escritura outorgada em 15 de Fevereiro de 1979, lavrada de fls. 46 V a 48 V do livro de notas para escrituras diversas n.º A 121 deste Cartório, foi dissolvida e liquidado e partilhado todo o activo e passivo da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, «Dias & Dias, Lda.», com sede em Vila Real de Santo António, constituída por escritura outorgada em 21 de Junho de 1977, lavrada de fls. 52 a 53 V do livro de notas para escrituras diversas n.º 30 do Cartório Notarial de Castro Marim.

Está conforme
Cartório Notarial de Vila Real de Santo António, dezasseis de Fevereiro de mil novecentos e setenta e nove.

O Ajudante,
Manuel Clemente 153

Portimonense exige rigoroso inquérito à arbitragem de António Ferreira

A massa associativa do Portimonense Sporting Club, reunida em assembleia geral, aprovou por unanimidade e aclamação uma proposta exigindo um rigoroso inquérito à arbitragem efectuada pelo juiz lisboeta António Ferreira no jogo em que aquele clube defrontou o Montijo e que terminou com o resultado a zero golos, e onde o mesmo apresentou seis cartões amarelos e um vermelho.

Por ainda não estar concluído o Relatório e Contas de Gerência de 1978 e Parecer do Conselho Fiscal, bem como por não se haver candidatado qualquer lista aos corpos gerentes, a Assembleia Geral voltará a reunir amanhã, às 21 horas, horas.

Correio de LAGOS

O CARNAVAL EM LAGOS PROMETE

O Clube de Futebol Esperança empenhado na divulgação das suas actividades desportivas, entendendo por bem aliar às mesmas algo de cultura, lembrou-se de organizar um curso com batalha de flores na Avenida dos Descobrimentos nos dias 24, 25 e 27 com início às 15 horas, e bailes nas noites de 24, 25, 26 e 27 no Parque de Turismo de Lagos. Surgiu colaboração valiosa da Câmara Municipal de Lagos, comércio, industria e P.S.P., bem necessária para guardar os carros alegóricos que devem ultrapassar as duas dezenas, ficando representadas todas as freguesias do Concelho, não faltando o dos Bombeiros e Clubes recreativos. Avistámos elementos directores do Clube aos quais inquirimos sobre a colaboração do C. R. T. A. e, com surpresa nossa, foi-nos dito que apesar de terem solicitado auxílio, a resposta foi negativa com fundamento em pedido tardio, visto a verba destinada a festejos carnavalescos estar esgotada.

Dado que Lagos é das localidades que mais imposto de turismo arrecada, não será ainda possível colaborar na iniciativa do Clube Esperança, que seja como incitamento para a continuação de festejos que atraíam nacionais e estrangeiros não só a Lagos, como a todo o Algarve?

Joaquim de Sousa Piscarreta

Em Lisboa o Jornal do Algarve, vende-se na Tabacaria Mónaco, no Rossio.

Cartório Notarial de Vila Real de Santo António

A cargo do Notário: Lic. João Frederico de Oliveira Telo Mexia.

HABILITAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura outorgada em 15 de Fevereiro de 1979, lavrada de fls. 40 a 41 V do livro de notas para escrituras diversas n.º A 121, deste Cartório, foram habilitados como herdeiros do falecido, António Júlio de Oliveira Saraiva, natural da freguesia de Santo Ildefonso, concelho do Porto, que foi casado, em reciprocas primeiras núpcias de ambos e sob o regime de comunhão geral de bens, com Célia Higinio Saraiva, e habitualmente residente em Vila Real de Santo António e cujo óbito ocorreu nesta Vila, em 21 de Janeiro de 1979, sua referida mulher, Célia Higinio Saraiva, actualmente viúva, e residente habitualmente em Vila Real de Santo António e seu único filho, José António Higinio Saraiva, natural desta freguesia e concelho, casado, sob o regime de comunhão geral de bens, com Maria de Lurdes Azevedo Dias Guita, e habitualmente residente na R. D. Maria Primeira, n.º 9, 2.º esquerdo, em Lisboa, não havendo outras pessoas que, segundo a Lei prefiram aos mesmos herdeiros ou com eles concorram à sucessão.

Está conforme
Cartório Notarial de Vila Real de Santo António, quinze de Fevereiro de mil novecentos e setenta e nove.

O Ajudante,
Manuel Clemente 154

VENDEM-SE CAMIONS- USADOS

Provenientes de trocas, abaixo do valor comercial, diversas marcas e toneladas.

Conctatar com: S. C. I. A. Francisco Batista Russo & Irmão, S.A.R.L.—Filial de Faro—Largo do Mercado, 33
F A R O 165

O quinquenário «O Grusa», Vigilante e educadoras em dificuldades

O Gupo Social e Artístico «O GRUSA», de Santa Luzia, Tavira, tem o corpo redactorial do seu órgão informativo, quinquenário «O GRUSA», demissionário desde o passado dia 23 de Dezembro de 1978.

Devido à grande falta de colaboração de que era alvo, foi a decisão tomada em reunião efectuada nessa mesma data, não afectando, contudo, a permanência e colaboração dos mesmos no seio do Grupo, que se empenhou, logo após à sua fundação, na dinamização cultural e recreativa, conforme nos informaram os próprios.

VENDO

Peugeot 204 diesel, isenta de imposto de compensação, óptimo estado.

Trata: Gonçalves, Praceta Rodolfo, 20-3.º E — Telef. 24159-24349 — FARO. 164

Corrigir as deformações dos pés

As deformações dos pés, por vezes tão pouco evidentes podem ser no entanto responsáveis pela extrema fadiga e incómodo doloroso das pernas e dos pés. Em especial nas crianças, geram graves consequências para o seu desenvolvimento normal e mais tarde, pelo seu agravamento são responsáveis por gravíssimos inconvenientes.

No entanto, podem ser corrigidos por palmilhas medicinais e calçado ortopédico individualizado desde que confeccionados correcta e rigorosamente sob medida, em observância à prescrição do médico e regularmente comprovadas sob sua orientação.

Em apoio à Ex.ª Classe Médica do Instituto Huberto de Portugal, está meticolosamente preparado para assegurar a execução escrupulosa das suas prescrições.

Os nossos Técnicos estão ao vosso dispor, faça pois a marcação para ser atendido em: VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO na Farmácia CARMO, para o dia 6 de Março, todo o dia, em FARO, na Farmácia BAPTISTA, para o dia 7 de Março, todo o dia, em PORTIMÃO, na Farmácia ROSA NUNES, para o dia 8 de Março, todo o dia, na QUARTEIRA, na Farmácia da CASA DOS PESCADORES, para o dia 9 de Março de manhã ou em LOULÉ na Farmácia PINTO, para o dia 9 de Março de tarde. 161

Sérgio Farrajota Ramos

Médico dermatovenerologista
Professor agregado de Medicina Interna
DOENÇAS DA PELLE E VENERÉAS
Consultório e Residência:
Rua Transversal à Av.º 25 de Abril — Lote 9/10 r/c B
Consultas a partir das 17 h.
Telefone 23398 — Portimão

O Instituto D. Francisco Gomes (Casa dos Rapazes), em Faro, pretende admitir vigilante, de preferência natural do Algarve, do sexo masculino e idade compreendida entre os 30 e 40 anos, com o 5.º ano Liceal ou equivalente, e educadoras auxiliares de educação, de idades compreendidas entre 25 e 40 anos.

Notariado Português Cartório Notarial de Vila Real de Santo António

A cargo do Notário: Lic. João Frederico de Oliveira Telo Mexia

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura outorgada em 21 de Dezembro de 1978, lavrada de fls. 75 V a 80 V do livro de notas para Escrituras Diversas n.º A 120 deste Cartório, foi constituída uma sociedade cooperativa anónima de responsabilidade limitada, sob a denominação de «FOZ DO GUADIANA — Cooperativa de Construção e Reparação Naval, S.C.A.R.L.», com sede em Vila Real de Santo António e domicílio no sítio do Lazareto, com o objecto social do exercício de actividades relativas à construção e reparação naval e outras actividades que a Cooperativa delibere alargar no âmbito do seu desenvolvimento, com o capital mínimo realizado de 1.000\$00 e máximo de capital individual de cada associado de 100\$00 e sendo condições de admissibilidade de associados ter a situação regularizada perante o respectivo Sindicato, caso esteja a trabalhar por conta de outrem.

É quanto me cumpre certificar em face do verbalmente pedido, reportando-me à citada escritura em caso de dúvida, declarando que nela nada consta que altere, prejudique, modifique ou restrinja o que fica certificado.

Cartório Notarial de Vila Real de Santo António, trinta e um de Janeiro de mil novecentos e setenta e nove.

O Ajudante,
Manuel Clemente 145

SERVICE OFICIAL DIESEL
BOSCH — CAV — SIMMS
Máquinas electrónicas
Pessoal especializado
Execução rápida
Ao seu dispor nas
OFICINAS ARMANDO DA LUZ
ZONA DO DIQUE
Telef. 23121/2 — PORTIMÃO

calos?
CALICIDA INDIANO
alívio seguro
CALICIDA INDIANO
AVENDA NAS FARMÁCIAS

COMMISSIONISTA

para artigos de litografia, de plástico e embalagens, para fábricas no Porto.
Resposta ao Apartado n.º 547 — Porto. Estabelecemos entrevistas pessoais no Algarve após apreciação de curriculum.

Estores Persianas

Fazem-se e reparam-se, em alumínio, metálicos, plásticos e verticais. Colocam-se em automóveis. Vendem-se acessórios.

Trata: Gavino B. Simões — Rua D. Francisco Gomes, 37-3.º Esq. — Telef. 69 — Vila Real de Santo António.

Palha
ou feno, vendo. Boa qualidade. Qualquer quantidade posta no Algarve. Preço a combinar.
Trata telef. (Castro Verde)-Indicativo 073 n.º 92 115 ou 92 124.
158

A PONTA DA AREIA

Barra do Guadiana de novo assoreada

SUSPEITA-SE que os calados da barra do Guadiana voltaram às medidas anteriores ao início das dragagens. Contudo, ainda não foi feita qualquer medição pela Corporação de Pilotos de Vila Real de Santo António, uma vez que a corrente e o tempo prejudicam uma avaliação correcta, dado ser efectuada manualmente.

As tralheiras voltaram a encalhar nos fundos da barra, com o perigo que isso representa para a vida dos pescadores.

Segundo alguns deles, a construção dos molhes mostra-se obsoleta e mal efectuada, havendo a necessidade de um avanço na direcção de poente do molhe da margem direita, o português, e a elevação acima do nível máximo das marés do molhe da margem esquerda, o espanhol, e obviamente o recomeço das dragagens.

Depois de tanto dinheiro gasto e esperanças renascidas, a cheia e os cálculos apressados reduziram a pó os anseios das populações.

Na próxima edição daremos alguns dados técnicos sobre os calados actuais, após medição que os pilotos pensam efectuar, quarta ou quinta-feira.

Para quando um novo mercado na Vila Pombalina?

Acreditamos que toda a gente que conheça os mercados de Vila Real de Santo António, não tem a mínima dúvida em afirmar que são insuficientes, em todos os aspectos.

Um sábado, nos mercados da vila, quase é pior que uma hora de ponta no Metro de Lisboa. Os atropelos são constantes, as pedras não chegam para os vendedores e estes ocupam os corredores laterais reduzindo-os a menos de metade, num dia em que a afluência de compradores é superior ao normal. Mas se alargarmos mais o nosso pensamento e nos recordarmos do Verão, ficamos a ter uma imagem de muito mais gente, com a consequente insuficiência dos corredores, no seu tamanho normal, para uma circulação fácil das pessoas e com a agravante de, diariamente, dois dos três corredores estarem reduzidos a menos de metade e muitas vezes ficarem completamente obstruídos em virtude das pessoas pararem, para poder adquirir o que necessitam (estamos a falar do «Mercado da Verdura»), mas no do «Peixe» a situação é igual ou ainda pior, pois é mais pequeno.

Outro dos grandes problemas dos nossos mercados é o da falta de higiene, provocando por vezes maus cheiros intensos (especialmente no do «Peixe»), que não pode ser resolvido sem umas instalações devidamente actualizadas.

Quanto a possíveis soluções, só uma se nos afigura como ideal, ou pelo menos como efectivamente a solução para uns largos anos, e seria a construção de um mercado (verdura e peixe) com instalações de armazenagem e conservação, localizado nos terrenos existentes a oeste dos Bombeiros, dada a sua extensão permitir uma obra de grande envergadura, com um estacionamento grande, com espaço para cargas e descargas, evitando os engarrafamentos que se produzem junto aos actuais mercados.

Outras soluções não vemos como viáveis, ou pelo menos efectivas. O alargamento do «Mercado do Peixe» (que chegou a ser iniciado em 1978, mas que nunca mais foi concluído), só iria resolver momentaneamente o problema desse mercado, enquanto que o da verdura não tem qualquer hipótese de alargamento. Estas soluções também não resolveriam outros problemas já existentes como o do estacionamento e higiene. Poderia ser construído um pequeno mercado, mas seria bom a existência de três mercados em Vila Real de Santo António? Cremos que não.

Note-se que a necessidade de um novo mercado, já tinha sido aventada pela Comissão Administrativa da Câmara em 1976, e é exactamente por isso que aqui estamos a recordar os

CARTAS à Redacção

Sr. Director,

Os signatários, Pires Campanho, Fialho Manuel, Martinho Marques e Luís Ganhão, jovens romancistas, poetas e cronistas, têm o grato prazer de informar V. Ex.ª que, «por razões óbvias», vão (mesmo!) fundar uma ASSOCIAÇÃO DE ESCRITORES NOVOS DO SUL. Para além da defesa dos nossos interesses da divulgação das nossas obras e da tentativa de desbloqueamento da marginalização que sobre nós se abate (em todas as esferas), o nosso objectivo principal é (será), se acaso conseguirmos apoios do Estado e de outros organismos oficiais, a dinamização cultural — através de recitais de poesia, colóquios, feiras de livros, projecção de filmes, etc. — nas vilas e aldeias desta vasta região que, embora tenha dado grandes nomes às nossas Letras, vive ainda mergulhada no obscurantismo e na alienação mais degradantes.

Mas, como é certo e sabido que «um homem só não vale nada» e por outro lado consideramos que a nossa

actuais responsáveis da Câmara e em especial, o vereador do Pelouro para esta urgente necessidade da Vila Pombalina. — R. S.

O DIRECTOR GERAL DOS PORTOS VISITOU O BARLAVENTO ALGARVIO

É O Algarve uma região onde a actividade marítima se reveste de uma enorme importância, associando-se intrinsecamente à própria imagem da província. Daqui que as infra-estruturas portuárias sejam elemento fundamentais para a sobrevivência e valorização económicas regionais, como aliás ao longo dos séculos tem acontecido. Daqui que as obras programadas ou em curso na costa algarvia sejam vistas sempre com elevado interesse. Daqui também que se entenda da atenção dispensada pelo director geral dos Portos, eng. Munhoz de Oliveira, que se deslocou à região barlaventina. Ali se encontra em execução a maior obra pública presente em curso no Algarve — o porto de Portimão, com um custo a atingir o meio milhão de contos. Expande-se o mesmo pelos concelhos de Lagoa e Portimão, dispondo de vários cais e zonas para pesca, comércio, turismo, marinha de guerra, recreio náutico, car-ferries, estaleiros, varadouros, etc. Espera-se que a obra esteja concluída, na 1.ª fase, em fins de 1980, sendo então um elemento decisivo para a economia da região. O director-geral dos Portos, acompanhado pelo comandante Vieira Matias (capitão dos Portos de Portimão e Lagos), pelo dr. Pearce de Azevedo e eng. Analide Guerreiro (presidente e director da Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve) e outros técnicos deste departamento, deslocou-se depois a Lagos onde houve o ensejo de apreciar as obras de dragagem na zona onde se localizará a futura doca de pesca, obras que importam em 26 mil contos e constituem a 1.ª peça de um empreendimento fundamental para a actividade piscatória local.

Ali, por iniciativa da APU, os sectores directamente ligados às actividades piscatórias haviam exposto, em memorando enviado à Assembleia Municipal, os seus pontos de vista imediatos sobre o problema das condições do porto de Lagos, e perante as inquietações da população da cidade, o director-geral dos Portos quis deslocar-se à cidade, para um debate directo com os representantes dos organismos locais interessados.

Os Sindicatos dos Pescadores e dos Motoristas Marítimos, os armadores da pesca industrial, as empresas dos estaleiros e os órgãos locais do PS, da APU e do PSD foram convidados através da Câmara Municipal, e ou-

equipa ainda é muito pequena e limitada para acudir a todas as solicitações e diligências que urge cumprir, é nosso propósito captar (muitos) mais colaboradores. Todavia, porque não conhecemos todos os escritores novos da nossa região e a nossa condição de pobretanas «obrigados» a editar as suas obras do próprio bolso não nos permite o acesso à publicidade normal, ficávamos muito gratos a V. Ex.ª se se dignasse divulgar esta (ou parte desta) carta nas colunas do jornal de que é insigne director quer fazendo uma notícia acerca do assunto da mesma ou, em último caso, publicando-a no «correio dos leitores».

Portando, todos os escritores novos (ou aspirantes a —) naturais ou radicados no espaço territorial que vai da margem esquerda do Tejo ao litoral algarvio, eventualmente interessados em colaborar na nossa iniciativa, devem contactar: — Pires Campanho — Rua da Biscainha, 45 — 7.800 Beja.

II Encontro dos Escritores Algarvios

É o segundo ano consecutivo que se efectua, em Lagos, um encontro de escritores. Desta vez, este II Encontro juntou meia centena de assistentes, tendo os trabalhos sido realizados no Salão Nobre da Câmara Municipal da cidade barlaventina.

Na parte da manhã, os trabalhos foram presididos pelo dr. Júlio Almeida Carrapato, Governador Civil da Província, tendo sido aprovados, por unanimidade, o relatório de actividade e contas, e eleitos os corpos gerentes para o ano corrente.

Seguiu-se o almoço, em excelente ambiente, depois do qual, na 2.ª parte da sessão, foram lidas as comunicações.

Após o jantar, houve uma sessão de poesia, que foi muito apreciada pela assistência e que se prolongou até cerca da meia-noite.

Os novos eleitos tomaram posse dos seus cargos e, segundo deixaram (Conclui na 3.ª página)

viram uma exposição na qual o director geral dos Portos informou, em detalhe, sobre as suas formas de actuar em relação ao problema das condições do porto, que há longos anos se arrasta sem solução satisfatória, agravando-se progressivamente.

Seguiram-se intervenções em que todos os organismos presentes explanaram os seus pontos de vista, confirmando o que já constava do memorando, e todos coincidentes na insatisfação pelo seu desconhecimento sobre o que acontecia e por tardar uma resposta que venha ao encontro da sua maneira de ver resolvida, para o presente e para o futuro, a situação difícil em que se encontram os trabalhadores do mar e a frota de pesca, com grande prejuízo para a economia local e nacional.

Foi reconhecido que não há ainda projecto para o porto e que as decisões a tomar, para além das dragagens que agora começaram, terão que ser tratadas com os sectores de Lagos ligados à pesca.

O director geral dos Portos referiu, no final, a grande utilidade das informações e sugestões obtidas, e reafirmou a disposição de vir a realizar as outras reuniões que forem necessárias com as organizações locais, pois só com a participação e acompanhamento constante destas se fará levar as obras do porto de Lagos ao encontro dos interesses da cidade.

Foi também visitada, na zona de Sagres, a obra de construção do porto da Baleira, numa zona de forte frequência de navegação da frota pesqueira, para abrigo e apoio estratégico, sobretudo em caso de temporal. No conjunto as obras em curso nos portos do barlavento algarvio orçam os 800 mil contos.

O eng. Munhoz de Oliveira assistiu, a finalizar esta sua deslocação ao Algarve, à reunião do Rotary Clube de Portimão. No decurso da mesma o eng. Analide Guerreiro director da Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve) fez uma conferência sobre «O porto de Portimão». Foi uma pormenorizada exposição, acompanhada da projecção de diapositivos, sobre esta obra portuária, bem como da sua influência na economia da região.

MARIA TRAGO GALEIRÕES PARA O JANTAR!

PORQUE a caça tem vindo a criar problemas cujas consequências não afectarão somente os que a ela se dedicam, deixou de poder ser encarada exclusivamente como simples actividade desportiva. Até porque tem raízes muito profundas e, como tal, merece especial tratamento e compreensão.

A prática da caça tem acompanhado, desde sempre, a evolução das sociedades e, já hoje, a moderna antropologia substituiu a concepção em que a mesma aparece como o factor determinante da espécie humana.

Mas as características primitivas, impregnadas numa tal complexidade que privilegiou uma espécie animal, situando-a acima das outras espécies, estão longe das de hoje que a caça apresenta. Estas são tão distintas que, na maioria dos casos, quase se confundem, hoje, com o simples desejo de matar. No entanto, algumas interrogações se me têm levantado quando penso nos caçadores de agora, e uma análise mais profunda talvez permita encontrar resposta nas origens.

Fábricas paralisadas agravam desemprego em Silves, avisa o PCP

A COMISSÃO Concelhia do Partido Comunista Português, divulgou, em Silves, um comunicado, onde afirma, nomeadamente:

«A ofensiva contra os direitos e liberdades dos trabalhadores, contra a sua unidade e as suas condições de vida e de trabalho, intensificou-se com a política do Governo Mota Pinto — P. P. D. Nas fábricas, nos campos, em todos os sectores da vida nacional, multiplicam-se as discriminações profissionais, os saneamentos e perseguições de democratas. As restrições à actividade de comissões de trabalhadores e delegados sindicais, o despedimento de muitos dos seus membros, é uma constante diariamente. O patronato age com a certeza da impunidade. O seu governo dá-lhe a necessária cobertura.

Os operários de Silves, nomeadamente os operários corticeiros, começam também a sentir os efeitos desta política. Nos últimos tempos cerca de setenta trabalhadores viram agravar-se as suas condições de vida, ficando no desemprego por as fábricas onde trabalhavam terem paralisado a sua laboração. No espaço de um ano, o povo de Silves viu encerrarem-se quatro fábricas de cortiça.

Que se saiba nem um só trabalhador foi indemnizado, nem um só gesto de apoio das entidades governamentais é conhecido. A agravar esta situação elevam-se a muitas centenas de contos os salários que ainda ficaram por pagar a muitos trabalhadores despedidos».

E, mais adiante, continua o PCP:

«Entretanto, na empresa do sector mais estável economicamente e mais bem equipada tecnicamente e mais BARRANGE», usa-se e abusa-se dos contratos a prazo, utilizando-se uma prerrogativa deixada em aberto pela famigerada lei dos contratos a prazo, e que permite ao patronato renovar contratos até ao limite de três anos; intensifica-se a repressão e alarga-se o clima de medo. As provocações e as prepotências vêm subindo de tom à medida que a política dos governos, a nível nacional, inflecte cada vez mais para a direita.

O Partido Comunista Português chama a atenção dos trabalhadores desta empresa para as manobras do patrão que visam quebrar a unidade e a combatividade de que até aqui têm dado mostras todos os trabalhadores. O desconto dum hora a quem aderiu à paralisação simbólica de cinco minutos em solidariedade com os trabalhadores da zona da Reforma Agrária é não só ilegal, como um acto profundamente reaccionário; quem não tem vergonha de descontar uma hora aos trabalhadores, há cerca de quatro meses, por um corte de energia eléctrica, desprezando pura e simplesmente a acção da Inspeção de Trabalho, que a solicitação do Sindicato interviu no assunto, ordenando o pagamento dessa hora, e fica impune, não tem pejo em praticar as maiores ilegalidades, ignorando as regras mais elementares da legislação de trabalho, calcando todos os direitos que os trabalhadores tão duramente conquistaram».

J. Pombo Lopes MEDICO

ESTOMATOLOGISTA

CIRURGIA ORAL

Consultas com marcação

3.ª, 5.ª e 6.ª das 16 às 19 h. Rua Reitor Teixeira Guedes, 3-2. — Telef. 27833 — FARO.



Carnaval 79
DIAS 25 E 27 DE FEVEREIRO

vila real de santo antónio
Algarve

organização de: **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**
colaboração de: **COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO**

CASTRO MARIM PEQUENO RETRATO CULTURAL

por José Carlos Nunes

CASTRO Marim é uma pequena vila, situada na parte do Sotavento do Algarve, a pouca distância do belo Guadiana, da ridente vila pombalina e a um pulinho da vizinha Espanha. Tem grandes tradições, já foi famosa devido ao papel desempenhado na História Nacional, mas aos poucos foi caindo no esquecimento de todos e, agora, não é mais do que uma das muitas vilas deste País.

Desde há muito que, em Castro Marim, se tem tentado fazer algo no que diz respeito ao desenvolvimento do nível cultural e desportivo, sem nunca se ter conseguido avançar, devido ao pouco apoio que as entidades oficiais lhe têm dado. Em 1968 existiu um rancho folclórico infantil, assim como um grupo de teatro que acabaram, pouco tempo depois de terem nascido. Mais uma vez o apoio faltou. Após o 25 de Abril surgiu outro grupo de teatro que teve o mesmo fim que o anterior. Actualmente existem em Castro Marim, no que diz respeito à cultura e desporto, dois ranchos folclóricos, uma banda de música e duas

colectividades desportivas e recreativas.

O Rancho Folclórico de Castro Marim foi formado há cerca de nove meses por um grupo de jovens, interessados na expansão da cultura algarvia — com as suas danças e cantares que são tão queridas do nosso povo. É um rancho que vive com imensos problemas, não só de ordem monetária, como de outra espécie. Tenho, contudo, a certeza que conseguirá superar as dificuldades, devido à força de vontade. Durante estes nove meses de existência, já fizeram diversas actuações, por todo o País e Espanha. É um rancho de que todos nós, habitantes de Castro Marim, nos devemos orgulhar e que devemos ajudar, por ser uma das únicas coisas boas que temos na nossa pequena terra.

O Rancho Folclórico Castromarinense da Banda Musical Castromarinense é uma organização com três meses de existência, nascido de rivalidades, sempre existentes em meios pequenos, e nada mais tem feito que tentar imitar o rancho já existente, não tendo criado até ao momento, algo de novo e, devemos concordar, a rivalidade não é o melhor caminho para que se expanda a verdadeira cultura.

A Banda Musical Castromarinense já existe, nada mais nada menos que há 37 anos! É o nosso orgulho. Ela é uma das nossas grandes organizações, à qual não têm faltado problemas para resolver, sendo o mais difícil o de ordem monetária. A Banda vive da quotização dos sócios e de um pequeno apoio que as entidades oficiais lhe dão, pelo que a população de Castro Marim devia apoiá-la, na medida do possível, para que venha a ser, no futuro, mais do que aquilo que foi no passado e é no presente.

O Grupo Desportivo Boavista, so-

(Conclui na 3.ª página)

«SORTE GRANDE» e 2.º PRÉMIO

NÚMEROS
10 054 e 57 980
14 400 CONTOS

distribuídos a semana finda nos balcões da

Casa da Sorte

160